



**Governo do Estado de São Paulo  
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo  
Contratos e Licitações**

**EDITAL**

**Nº do Processo:** 271.00000594/2025-43

**Interessado:** Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM

**Assunto:** Serviços de Segurança da Informação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

**CONTRATANTE (UASG)**

201101 - Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM.

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança da informação, no modelo *Security as a Service (SECaaS)*, contemplando a operação contínua de um Centro de Operações de Segurança (CSOC), em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), com vistas ao monitoramento, detecção, análise e resposta a incidentes de segurança cibernética.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 24/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** menor preço global

**Modo de disputa:** aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

Sumário

[1. DO OBJETO](#)

[2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)

- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

## **Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

*Processo Administrativo nº 271.00000594/2025-43*

Torna-se público que o(a) Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM, por meio do(a) Diretoria Administrativa/Gerência de Administração, sediado(a) Rua Libero Badaró, 377, 8º Andar, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP 01008-000 realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), do Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços da SP-PREVCOM, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança da Informação, no modelo Security as a Service (SECaaS), contemplando a operação contínua de um Centro de Operações de Segurança (CSOC), em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), com vistas ao monitoramento, detecção, análise e resposta a incidentes de segurança cibernética, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1 Para o item 1 (único item), a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar desta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

3.11. Não poderão disputar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, a qual deverá contemplar o preço global, bem como os preços unitários de todos os componentes que integram o escopo do objeto da contratação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na

condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e *equiparadas*, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte. .

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE



## LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o

sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de *2 (duas) horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus

Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela SP-PREVCOM, em conformidade com o estabelecido no parágrafo segundo do artigo 45 do RGC.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados neste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **8.2. Comprovação de inexistência de aplicação de sanções administrativas:**

a) Sicafe;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e

Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

### **8.3. Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

j) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das

empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a habilitação a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

#### **8.12. Exigências de habilitação jurídica**

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

#### **8.13. Habilitação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações

contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

c.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

c.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **8.14. Habilitação técnica**

8.14.1. A LICITANTE deverá comprovar, no momento da proposta e durante a vigência contratual, a posse das seguintes certificações válidas, emitidas em seu nome:

- a) ISO/IEC 27001: Gestão da Segurança da Informação;
- b) ISO/IEC 20000-1: Gestão de Serviços de TI.

8.14.2. A proponente deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, especificações e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços.

8.14.2.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto desta licitação que demonstre(m) que a licitante prestou serviços correspondentes a, pelo menos, 12 (doze) meses corridos, do serviço objeto dessa licitação correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do período e quantitativo do objeto da presente licitação.

8.14.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

8.14.2.3. Somente serão aceitos atestados emitidos em favor da licitante que estejam em nome de sua matriz e/ou filial.

8.14.2.4. Não será permitida a apresentação de atestados de empresas do mesmo grupo econômico da licitante. Entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico as empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns, e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem, bem como empresas sujeitas a uma mesma estrutura global.

8.14.2.5. Os atestados de capacidade técnica devem se referir a experiências que tenham sido executadas no Brasil.

8.14.2.6. Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por pessoas de direito público ou privado, recebedores dos serviços prestados diretamente pela licitante, não sendo aceitos atestados emitidos pela própria.

8.14.2.7. Entende-se por recebedor, a pessoa jurídica que tenha sido a contratante dos serviços.

8.14.2.8. A conformidade do(s) atestado(s) poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará a exclusão da proposta da interessada, sem prejuízo de



outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

8.15. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.16. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.19. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.20. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.21. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.22. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.23. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.33.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.24. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.24.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.25. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.25.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.26. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.26.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.27. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.27.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.27.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.28. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.29. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.30. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.31. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.31.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.32. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico pela plataforma: <https://www.portal.sei.sp.gov.br/sei>*.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo

justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a SP-PREVCOM;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por

cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.



12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente por meio do correio eletrônico [comprasprevcom@sp.gov.br](mailto:comprasprevcom@sp.gov.br). As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.3. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo < [www.prevcom.com.br/termos](http://www.prevcom.com.br/termos)>*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.5. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.6. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.



## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

*14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;*

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da

[Lei nº 14.133, de 2021.](#)

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021.](#)

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021.](#)

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* < [www.prevcom.com.br/termos](http://www.prevcom.com.br/termos)>,

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO IV – ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS SERVIÇO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

São Paulo, na data da assinatura digital.

**Lívia Sant'Anna Carvalho**  
Gerente de Administração

**Sylvio Eugenio de Araújo Medeiros**  
Diretor-Presidente

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PREVCOM Nº 050/2025**

Nº do Processo: 271.00000594/2025-43

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Segurança da Informação em modelo Security as a Service (SECaaS), operado por um Centro de Operações de Segurança (CSOC) em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), com o objetivo de garantir a proteção dos ativos tecnológicos da organização, bem como sua conformidade com legislações e normas vigentes, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SOC - Security Operations Center	mês	24		
2	Sistema de Gestão de Vulnerabilidades	mês	24		
3	Portal de Indicadores de Segurança	mês	24		
4	Solução de ITSM (Gestão de Requisições de Serviços de TI)	mês	24		
5	Processo de Implantação do Serviço (SOC)	un.	1		
6	Monitoramento de Ativos	mês	24		
VALOR TOTAL (R\$)					

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema

Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços (RGC) da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### Subcontratação

1.4. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A SP-PREVCOM enfrenta riscos crescentes decorrentes da dependência de sistemas terceirizados hospedados em nuvem, do uso intensivo de rede interna e do armazenamento de dados pessoais sensíveis. A ausência de mecanismos automatizados de detecção e resposta a incidentes compromete a segurança e a conformidade com normas legais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Decreto Estadual nº 65.347/2020. Dessa forma, identifica-se a necessidade de contratar solução de serviços especializados de segurança da informação, integrados em modelo Security as a Service (SECaaS), operado por Centro de Operações de Segurança Cyber (SOC) 24x7.

2.2. O objeto da contratação foi previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, em atenção ao artigo 17 do RGC.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

### 3.1. SOC - Security Operations Center.

A CONTRATADA deverá prover uma estrutura completa de Centro de Operações de Segurança (SOC) operando em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), com capacidade para realizar o monitoramento contínuo, detecção, análise e resposta a incidentes de segurança da informação.

O SOC deverá contar com equipe técnica especializada, infraestrutura tecnológica dedicada, plataforma SIEM integrada e processos formalizados, com o objetivo de garantir a visibilidade contínua do ambiente da CONTRATANTE, antecipar riscos, conter incidentes e apoiar a tomada de decisão com base em evidências técnicas.

#### 3.1.1. Monitoramento Contínuo:

3.1.1.1. Monitoramento Proativo: O SOC deverá operar plataforma SIEM para coletar, normalizar e correlacionar logs de todos os ativos monitorados, incluindo servidores (Windows/Linux), estações de trabalho, dispositivos de rede, firewalls, aplicações e serviços em nuvem, garantindo visibilidade centralizada e contínua do ambiente da CONTRATANTE.

3.1.1.2. Análise em Tempo Real: Implementação de regras de correlação com base em frameworks como MITRE ATT&CK, possibilitando a identificação de ameaças avançadas, ataques direcionados, movimentos laterais e outras táticas de ataque.

3.1.1.3. Gestão de Vulnerabilidades Monitoramento contínuo das vulnerabilidades no ambiente, com identificação e classificação baseadas em bases públicas (CVE/NVD) e priorização conforme escore CVSS.

#### 3.1.1.4. Integração com Ferramentas Existentes

A plataforma SIEM deverá ser integrada às soluções de segurança da CONTRATANTE (como EDR, XDR, antivírus, firewalls), por meio de APIs e conectores prontos, promovendo uma análise centralizada e contexto unificado dos eventos.

### 3.1.2. Resposta a Incidentes

#### 3.1.2.1. Triagem e Classificação de Alertas

Os alertas gerados deverão ser triados e classificados pelo SOC conforme níveis de severidade, com tempo de resposta compatível com SLA definido no item 6 deste Termo de Referência (ex.: até 30 minutos para alertas críticos), seguindo playbooks operacionais previamente aprovados.

#### 3.1.2.2. Contenção e Mitigação de Ameaças

A equipe técnica do SOC atuará em conjunto com a equipe da PREVCOM na contenção de ameaças, podendo realizar isolamento de ativos comprometidos, revogação de credenciais e aplicação de patches emergenciais, conforme criticidade do evento.

### 3.1.3. Painéis e Relatórios Técnicos

#### 3.1.3.1. Dashboards em Tempo Real

A solução deverá disponibilizar painéis interativos personalizados na plataforma SIEM, contendo métricas e indicadores como:

- a) MTTD (Tempo médio de detecção);
- b) MTTR (Tempo médio de resposta);
- c) Volume de alertas por tipo;
- d) Incidentes confirmados por criticidade;
- e) Taxas de falso positivo e falso negativo;

#### 3.1.3.2. Relatórios Técnicos Mensais

Entrega de relatórios mensais consolidados com:

- a) Tendências de ameaças e ataques;
- b) Status de vulnerabilidades e ações corretivas;
- c) Cumprimento dos SLAs, Recomendações e lições aprendidas.

3.1.3.3. Os relatórios deverão ser elaborados e assinados por profissionais certificados (ex.: CISSP, CISM, CEH) e apresentados em reuniões periódicas com a equipe da CONTRATANTE.

### 3.2. Gestão de Vulnerabilidades

A CONTRATADA deverá prover serviço contínuo e especializado de Gestão de Vulnerabilidades, com foco em identificar, classificar, reportar e apoiar na remediação de falhas de segurança nos ativos da CONTRATANTE. Este serviço deverá estar alinhado às boas práticas internacionais e ser integrado às atividades do SOC 24x7. As entregas mínimas previstas incluem:

#### 3.2.1. Varreduras Mensais de Vulnerabilidades

Execução de scans automatizados mensais em ativos internos e APIs de sistemas terceirizados, abrangendo sistemas operacionais, bancos de dados, dispositivos de rede, aplicações web e ambientes em nuvem.

#### 3.2.2. Classificação das Vulnerabilidades

Todas as vulnerabilidades identificadas deverão ser analisadas e classificadas com base na metodologia CVSSv3 (Common Vulnerability Scoring System), incluindo a indicação do risco

potencial, vetores de ataque e impacto estimado.

### 3.2.3. Relatórios Técnicos e Recomendação de Correções

Elaboração de relatórios mensais com:

- a) Detalhamento técnico das vulnerabilidades encontradas;
- b) Risco associado;
- c) Prioridade de tratamento;
- d) Recomendações práticas de remediação, com base em fabricantes, comunidades de segurança e benchmarks reconhecidos (ex.: CIS, NIST);

### 3.2.4. Revalidação Trimestral de Vulnerabilidades Críticas

Realização de nova varredura trimestral para verificar a efetividade das ações corretivas aplicadas nas vulnerabilidades classificadas como críticas.

### 3.2.5. Apoio Técnico à Equipe da CONTRATANTE

Prestação de suporte técnico para:

- a) Interpretação dos relatórios de vulnerabilidade;
- b) Apoio na definição de planos de remediação e priorização de ações;
- c) Orientações sobre correções paliativas ou mitigatórias quando não for possível a correção imediata.

### 3.2.6. Integração com o SIEM/SOC

As informações de vulnerabilidades deverão ser integradas à plataforma SIEM, possibilitando correlação com eventos de segurança e priorização dinâmica de alertas com base na exposição real dos ativos.

### 3.2.7. Conformidade e Rastreabilidade

Todos os registros das varreduras e validações deverão ser mantidos para fins de auditoria e conformidade com marcos regulatórios como LGPD, ISO/IEC 27001 e Decreto Estadual nº 65.347/2020.

## 3.3. Portal de Indicadores de Segurança

A CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal Web de Indicadores de Segurança da Informação, seguro, acessível remotamente e com funcionamento ininterrupto (24x7), com o objetivo de fornecer à CONTRATANTE visibilidade operacional e estratégica sobre os serviços prestados pelo SOC, apoiar a gestão de riscos e subsidiar a tomada de decisão por meio de dados atualizados em tempo real.

O portal deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

### 3.3.1. Acesso Seguro e Alta Disponibilidade

- a) Acesso via protocolo HTTPS com certificado digital (SSL/TLS) válido e criptografia forte (mínimo TLS 1.2);
- b) Autenticação multifator (MFA) para perfis administrativos e técnicos;
- c) Acesso restrito por listas de controle de IPs (ACL) e gestão de sessões com expiração automática;
- d) Infraestrutura hospedada em ambiente de alta disponibilidade, com tolerância a falhas e SLA de disponibilidade superior a 99,5%.

### 3.3.2. Dashboards Personalizáveis e Interativos

Visualização gráfica e personalizável de indicadores de segurança relevantes para a CONTRATANTE, incluindo:

- a) Volume de requisições técnicas abertas e finalizadas; Alertas gerados, tratados e pendentes;
- b) Incidentes categorizados por severidade e status;



- c) Vulnerabilidades identificadas, em tratamento e corrigidas;
- d) Métricas operacionais como MTTD (tempo médio de detecção) e MTTR (tempo médio de resposta);
- e) Tendências de ataques, origens geográficas e tipos de ameaças mais comuns.
- f) Possibilidade de configurar painéis distintos por perfil de usuário (ex.: técnico, gestor, auditoria)

### 3.3.3. Gestão de Usuários e Perfis de Acesso.

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao portal para os membros da equipe de segurança da CONTRATANTE.
- b) Os usuários deverão possuir perfis de visualização distintos, permitindo acesso apenas às informações compatíveis com seu nível de responsabilidade;
- c) O sistema deverá manter trilha de auditoria de todas as ações realizadas por cada usuário no portal, incluindo acessos, visualizações e exportações.

### 3.3.4. Exportação e Interoperabilidade.

- a) Geração de relatórios exportáveis em formatos abertos como CSV, JSON, XLSX e PDF;
- b) Possibilidade de agendamento de envio automático de relatórios por e-mail;
- c) APIs RESTful para integração com sistemas de BI, ITSM ou outras plataformas da CONTRATANTE.

### 3.3.5. Visualização e Atualização em Tempo Real.

- a) Atualização automática dos dados dos painéis com no máximo 5 minutos de defasagem;
- b) Possibilidade de aplicar filtros dinâmicos por data, criticidade, tipo de ativo ou categoria de evento;
- c) Visualização responsiva compatível com navegadores modernos e dispositivos móveis.

### 3.3.6. Conformidade e Segurança.

- a) Portal deverá estar em conformidade com os princípios da LGPD, ISO/IEC 27001 e 20000, mantendo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações visualizadas;
- b) Proteção contra ataques web comuns (ex.: XSS, CSRF, SQL Injection) e realização de testes periódicos de segurança.

## 3.4. Solução de ITSM (Gestão de Requisições de Serviços de TI)

### Descrição do Serviço:

Contratação de solução tecnológica baseada em ITSM (*Information Technology Service Management*), com foco na gestão eficiente de requisições de serviços de TI, incidentes, e integração com Centro de Operações de Segurança (CSOC), conforme as características mínimas abaixo:

#### 3.4.1. Acesso Seguro e Alta Disponibilidade:

Solução disponibilizada em ambiente web, com acesso via internet, utilizando autenticação segura (ex: autenticação multifator) e obrigatoriamente com uso de certificado digital válido (HTTPS/TLS). A plataforma deverá garantir disponibilidade mínima de 99,5%.

#### 3.4.2. Gestão de Requisições de Serviço:

Funcionalidade para registro, triagem, categorização, priorização e acompanhamento de requisições e chamados técnicos. A ferramenta deve permitir atribuição automática ou manual a grupos de atendimento, com rastreabilidade completa do ciclo de vida do chamado.

#### 3.4.3. Integração com CSOC:

Capacidade de integração nativa ou via API com sistemas de monitoramento do Centro de Operações de Segurança Cibernética (CSOC), permitindo abertura automática de incidentes de

segurança com base em eventos detectados (ex: anomalias, alertas de vulnerabilidade, tentativas de invasão).

#### 3.4.4. Pesquisa de Satisfação (NPS):

Disponibilização automática de pesquisa de satisfação do tipo NPS (Net Promoter Score) ao final de cada atendimento, com armazenamento dos resultados e capacidade de geração de relatórios analíticos e exportáveis.

#### 3.4.5. Gestão de Usuários e Acessos:

Controle centralizado dos usuários autorizados a registrar chamados, com funcionalidades de gestão de permissões por perfil, unidade organizacional ou grupo. O gerenciamento de acessos deverá ser realizado via portal administrativo próprio da solução.

#### 3.4.6. Outras Considerações:

- a) A solução deverá ser compatível com os principais navegadores (Chrome, Firefox, Edge);
- b) Espera-se que a contratada ofereça suporte técnico durante o período de vigência do contrato, incluindo atualizações corretivas e evolutivas;
- c) A contratada deverá assegurar que os dados tratados estejam em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018).

### 3.5. Processo de Implantação do Serviço (SOC)

A implantação do serviço deverá seguir metodologia estruturada, com etapas claras, prazos definidos e responsabilidades atribuídas, garantindo a efetiva operacionalização do Centro de Operações de Segurança (SOC) e a continuidade das atividades da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um plano de implantação contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

#### 3.5.1. Levantamento e Planejamento Inicial

- a) Reunião de *kickoff* com definição de responsáveis, cronograma macro e comunicação formal dos pontos de contato;
- b) Levantamento dos ativos críticos, sistemas, fluxos e serviços que serão monitorados;
- c) Avaliação do ambiente tecnológico da CONTRATANTE e identificação de pontos de integração.

#### 3.5.2. Integração Técnica.

- a) Integração do ambiente da CONTRATANTE ao sistema de ITSM, portal de indicadores e plataformas de monitoramento da CONTRATADA;
- b) Configuração de conectores, agentes ou APIs com soluções existentes (firewall, antivírus, EDR, SIEM, etc.);
- c) Garantia de criptografia, autenticação e segregação de acessos durante o tráfego de dados.

#### 3.5.3. Customização e Parâmetros de Segurança

- a) Definição de regras de correlação, alarmes, dashboards e gatilhos para resposta automática ou manual;
- b) Configuração de níveis de severidade, *playbooks* de tratamento e matrizes de decisão conforme riscos da CONTRATANTE;
- c) Adaptação de fluxos de atendimento a incidentes e requisições.

#### 3.5.4. Validação e Testes Operacionais

- a) Execução de testes funcionais e de desempenho da solução implantada;
- b) Simulação de cenários de incidentes (ex.: tentativa de intrusão, *malware*, falha de sistema) para validação do fluxo de resposta;

c) Elaboração de relatório de conformidade com registro de não conformidades e plano de correção, se aplicável.

#### 3.5.5. Capacitação e Habilitação

a) Treinamento da equipe da CONTRATANTE sobre funcionalidades do ITSM, painel de indicadores e fluxos de reporte;

b) Entrega de materiais técnicos, manuais operacionais e planos de comunicação.

#### 3.5.6. Entrada em Produção

a) Aprovação formal da CONTRATANTE para início da operação plena;

b) Assinatura do Termo de Aceite da implantação.

#### 3.5.7. Prazo Máximo para Implantação:

A implantação completa deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, salvo justificativa aceita formalmente pela CONTRATANTE.

### 3.6. Ativos a Monitorar

A CONTRATADA deverá realizar o monitoramento contínuo, centralizado e em tempo real de todos os ativos tecnológicos críticos da CONTRATANTE, conforme relação a seguir. Esses ativos devem ser integrados ao ambiente de monitoramento, detecção de ameaças, geração de alertas e resposta a incidentes, incluindo a coleta e correlação de logs, indicadores de desempenho e sinais de comprometimento (IoCs), conforme aplicável. A CONTRATADA deverá garantir que esses ativos sejam contemplados no escopo do monitoramento, assegurando visibilidade contínua sobre o estado de segurança, conformidade, disponibilidade e desempenho dos mesmos. Eventuais variações na quantidade de ativos deverão ser absorvidas sem impacto contratual, desde que não ultrapassem 20% da capacidade inicialmente prevista.

#### 3.6.1. Infraestrutura

a) Balanceadores de Carga de Rede: 01 unidade;

b) Servidores com Sistema Operacional Windows: 04 unidades;

c) Sites e aplicações web: 10 unidades.

#### 3.6.2. Segurança

a) Firewall Tradicional: 01 unidade;

b) Servidor de Antivírus Corporativo (McAfee, Kaspersky ou Bitdefender): 01 unidade.

#### 3.6.3. Redes

a) Controladora de Rede Wi-Fi: 01 unidade;

b) Roteadores: 09 unidades;

c) Switch de Core/Camada 3 (L3): 01 unidade;

d) Switches de Acesso/Camada 2 (L2): 03 unidades.

#### 3.6.4. Endpoints

a) Desktops e Notebooks com Windows: 130 unidades;

b) Impressoras: 4 unidades;

#### 3.6.5. Plataformas SaaS (Software como Serviço);

a) Microsoft 365: 120 licenças;

b) Google Workspace: 45 licenças.

A CONTRATADA deverá garantir que esses ativos sejam contemplados no escopo do monitoramento, assegurando visibilidade contínua sobre o estado de segurança, conformidade,

disponibilidade e desempenho deles. Eventuais variações na quantidade de ativos deverão ser absorvidas sem impacto contratual, desde que não ultrapassem 10% da capacidade inicialmente prevista.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Requisitos mínimos obrigatórios que devem ser atendidos pela solução e pela CONTRATADA, com o objetivo de garantir a eficácia operacional, a segurança jurídica e a aderência normativa na prestação dos serviços de monitoramento contínuo da segurança da informação (SECaaS).

##### **4.1. Requisitos Técnicos Gerais**

4.1.1. Todos os serviços contratados deverão operar ininterruptamente, em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), garantindo a continuidade do monitoramento e resposta a incidentes de segurança.

4.1.2. O Centro de Operações de Segurança (CSOC) da CONTRATADA deverá estar obrigatoriamente instalado em território brasileiro, sendo de sua propriedade exclusiva, não sendo permitida a subcontratação integral do serviço.

4.1.3. A infraestrutura utilizada — incluindo datacenters, servidores, storages, redes e sistemas — deverá estar hospedada em ambiente que possua certificações reconhecidas de segurança da informação e continuidade de negócios.

4.1.4. O gerenciamento de incidentes deverá ser realizado por meio de solução ITSM (Information Technology Service Management), acessível de forma remota com canal seguro (criptografia SSL/TLS) e autenticação multifator (MFA). Tanto o ITSM quanto o portal de indicadores deverão suportar número ilimitado de usuários, com possibilidade de definição de diferentes níveis de acesso e controle de privilégios.

4.1.5. Toda comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverá ser realizada por canais criptografados e auditáveis, assegurando a integridade e a rastreabilidade das informações trocadas.

4.1.6. A CONTRATADA deve fornecer uma solução de SIEM (Security Information and Event Management), na modalidade "SaaS", mantida e operada pela CONTRATADA;

4.1.7. A solução ofertada deve ter capacidade de escalar para SOAR;

4.1.8. A solução deve contemplar conexão nativa com plataforma MISP para compartilhamento de informações sobre inteligência de ameaças;

A CONTRATADA deve fornecer Gestão de Vulnerabilidade como serviço, integrada à solução de SIEM;

##### **4.2. Certificações Obrigatórias**

A LICITANTE deverá comprovar, no momento da proposta e durante a vigência contratual, a posse das seguintes certificações válidas, emitidas em seu nome:

4.2.1. ISO/IEC 27001: Gestão da Segurança da Informação (obrigatória);

4.2.2. ISO/IEC 20000-1: Gestão de Serviços de TI (obrigatória);

4.2.3. ISO/IEC 27701: Gestão da Privacidade da Informação (desejável).

##### **4.3. Conformidade Legal**

A prestação dos serviços deverá estar em conformidade com os seguintes dispositivos legais e normativos:

4.3.1. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018: A CONTRATADA deverá implementar controles técnicos e contratuais adequados, conforme o artigo 46, incluindo portal com criptografia SSL para proteção dos dados pessoais tratados.

4.3.2. Decreto Estadual SP nº 65.347/2020 e Decreto Federal nº 11.856/2023: A CONTRATADA deverá atender à Política Nacional de Cibersegurança, por meio da implantação de CSOC, gestão de incidentes e auditorias técnicas periódicas.

4.3.3. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações): Os serviços ofertados deverão observar as normas técnicas aplicáveis à administração pública, especialmente no que se refere à sustentabilidade tecnológica (art. 6º, inciso XXIII).

#### 4.4. Requisitos Específicos de Segurança

A CONTRATADA deverá atender aos seguintes requisitos específicos de segurança da informação, garantindo a proteção dos ativos da CONTRATANTE, a rastreabilidade das ações executadas e a compatibilidade com os controles de segurança existentes no ambiente tecnológico. Esses controles visam garantir a transparência, a rastreabilidade e a conformidade da prestação dos serviços com os princípios da segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade e responsabilidade.

4.4.1. A solução disponibilizada deverá manter registros completos e imutáveis de todo o ciclo de vida das requisições e incidentes, incluindo datas, horários, responsáveis, alterações de status, encaminhamentos, tratativas realizadas e encerramentos. Essa rastreabilidade deverá estar disponível para auditoria a qualquer momento, por meio de relatórios extraíveis do sistema.

4.4.2. A ferramenta deverá aplicar obrigatoriamente autenticação multifator (MFA) para todos os acessos administrativos e usuários com privilégios elevados, como forma de mitigar riscos de comprometimento de contas e acessos indevidos.

4.4.3. Deverá haver trilha de auditoria detalhada de todas as ações realizadas na solução, incluindo visualizações, alterações, inclusões e exclusões de dados. Todos os acessos e modificações deverão ser registrados em logs com data, hora, usuário, ação realizada e origem (IP), sendo obrigatória a retenção desses registros por, no mínimo, 12 (doze) meses após o término da vigência contratual.

4.4.4. A solução contratada deverá ser compatível com os mecanismos de segurança já adotados pela CONTRATANTE, devendo permitir integração com ferramentas de antivírus, firewall, EDR (*Endpoint Detection and Response*), e outros dispositivos de segurança, por meio de APIs, conectores nativos ou envio de logs via syslog ou protocolos abertos equivalentes.

4.4.5. A CONTRATADA deverá realizar reuniões periódicas mensais com a equipe técnica da CONTRATANTE, apresentando relatórios detalhados contendo indicadores de desempenho (SLA), evidências de conformidade com os requisitos técnicos e normativos, registros de eventos significativos, incidentes tratados, e, se aplicável, planos de ação corretiva com prazos definidos.

#### 4.5. Requisitos de Governança e Responsabilidade

4.5.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas formais de governança, gestão e responsabilidade técnica durante toda a execução dos serviços contratados, assegurando alinhamento com a Política de Segurança da Informação, Política de Privacidade de Dados, Política de Relacionamento com o Fornecedor, Política Anticorrupção, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo disponíveis no sítio eletrônico oficial da CONTRATANTE (<https://prevcom.com.br/P/Institucional>), e demais normas pertinentes à execução do objeto contratual para assegurar a continuidade operacional e resposta tempestiva a eventos relevantes de segurança da informação.

4.5.2. A CONTRATADA deverá manter e aplicar um Plano de Continuidade de Negócios (*BCP – Business Continuity Plan*) e um Plano de Recuperação de Desastres (*DRP – Disaster Recovery Plan*), abrangendo os serviços prestados, infraestrutura crítica e canais de atendimento. Estes planos deverão estar documentados, atualizados e disponíveis para auditoria mediante solicitação da CONTRATANTE.

4.5.3. Em situações de incidentes críticos de segurança (ex: indisponibilidade de sistemas, violações de dados, ataques cibernéticos com impacto real), a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE em até 30 (trinta) minutos após a identificação do evento, disponibilizando status preliminar, ações de contenção e prazo estimado para mitigação.

4.5.4. Deverá ser designado pela CONTRATADA um ponto focal técnico com conhecimento abrangente sobre as tecnologias empregadas, com autonomia para tomada de decisão e que atue como interlocutor direto com a equipe de segurança da CONTRATANTE, facilitando a resolução de ocorrências e execução de melhorias.

4.5.5. Todos os documentos operacionais relacionados aos serviços prestados — incluindo relatórios técnicos, playbooks, evidências de tratamento de incidentes, indicadores, planos de ação e cronogramas — deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE por meio de portal centralizado, seguro e com controle de acesso.

4.5.6. A CONTRATADA será responsável pela confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações acessadas, processadas ou armazenadas no escopo do contrato, bem como pelo cumprimento integral da legislação vigente, das normas técnicas aplicáveis e das cláusulas contratuais acordadas.

#### 4.6. Compatibilidade com o Ambiente da CONTRATANTE

4.6.1. A solução ofertada pela CONTRATADA deverá ser plenamente compatível com o ambiente tecnológico atual da CONTRATANTE descrito no item 3.6 deste Termo de Referência, não podendo impor exigências que resultem em substituição de ferramentas já homologadas, alteração de infraestrutura crítica ou adoção de soluções proprietárias restritivas.

4.6.2. A solução deverá permitir integração com os sistemas, plataformas e ferramentas da CONTRATANTE por meio de protocolos abertos, seguros e amplamente adotados, tais como syslog, SNMP, REST API, HTTPS e outros padrões reconhecidos. Interfaces e conectores customizados deverão ser disponibilizados sem ônus adicional, sempre que necessário para assegurar a interoperabilidade entre os sistemas.

4.6.3. A aplicação e os serviços ofertados deverão ser agnósticos em relação à infraestrutura da CONTRATANTE, devendo operar de forma compatível com diferentes sistemas operacionais (Windows, Linux, etc.), hipervisores (VMware, Hyper-V, Proxmox, entre outros), provedores de nuvem (pública, privada ou híbrida) e mecanismos de autenticação centralizada (ex: LDAP, AD, ADFS, SAML).

4.6.4. Não será admitida a exigência de substituição ou descontinuidade das soluções de segurança da informação já implantadas pela CONTRATANTE, tais como antivírus, firewall ou soluções correlatas. A solução da CONTRATADA deverá coexistir e, quando aplicável, integrar-se com os mecanismos existentes, sem gerar conflitos de operação ou redundância funcional.

4.7. Essas exigências têm como objetivo assegurar a continuidade operacional da infraestrutura tecnológica da CONTRATANTE, a proteção de investimentos já realizados e a aderência da solução contratada aos princípios da economicidade, eficiência e interoperabilidade.

#### Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no valor correspondente ao importe de 5% (cinco inteiros por cento) do valor anual do contrato.

4.7. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar a garantia.

4.7.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o



fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.8 O fornecedor poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

a) A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

b). O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.9 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

4.9.1 Optando, a CONTRATADA, pelas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, estas deverão ter validade de, pelo menos, 60 (sessenta) dias corridos após o vencimento do Contrato.

4.10 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o Contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma que corresponda sempre à mesma percentagem estabelecida.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 Crescimento Escalonado de Ativos, Usuários e Eventos:

A CONTRATADA deverá assegurar que os serviços prestados estejam dimensionados para acompanhar o crescimento da demanda da CONTRATANTE, em especial nos seguintes aspectos:

5.1.1. Escalabilidade Técnica:

A solução deverá suportar, de forma progressiva e sem degradação de desempenho, o crescimento de até 20% ao ano no número de ativos monitorados, usuários atendidos e volume de eventos gerados. A CONTRATADA deverá garantir infraestrutura, licenciamento e capacidade técnica compatíveis com esse crescimento, sem necessidade de renegociação contratual dentro desse limite;

#### 5.1.2. Monitoramento de Capacidade:

A CONTRATADA deverá apresentar, a cada trimestre, relatório de uso e capacidade da solução, contemplando métricas como: Cronograma de realização dos serviços:

- a) Quantidade de ativos monitorados;
- b) Número de usuários ativos na plataforma ITSM;
- c) Volume médio e máximo de eventos de segurança processados por mês;
- d) Consumo de recursos (CPU, memória, armazenamento, largura de banda, etc.).

#### 5.1.3. Acima do Limite Previsto:

Caso a evolução da demanda ultrapasse o limite de 20% definido, a CONTRATADA deverá apresentar proposta técnica e comercial justificada, garantindo a continuidade do serviço com qualidade e sem interrupções, sujeita à análise e aprovação da CONTRATANTE.

### 5.2. Confidencialidade e Proteção das Informações da CONTRATANTE.

#### 5.2.1. Compromisso de Sigilo e Confidencialidade.

A CONTRATADA compromete-se a manter o mais absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, documentos, registros, configurações, relatórios, códigos-fonte, credenciais e demais ativos informacionais da CONTRATANTE a que tiver acesso em razão da execução contratual, independentemente da natureza, meio de armazenamento ou classificação. Essa obrigação abrange não apenas os dados pessoais tratados nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), mas também dados institucionais, estratégicos, financeiros, operacionais, previdenciários e quaisquer outras informações de interesse da PREVCOM, protegidas pela legislação vigente e por normas internas da instituição.

#### 5.2.2. Abrangência e Pessoal da CONTRATADA.

O dever de confidencialidade estende-se a todos os colaboradores, consultores, fornecedores, parceiros e quaisquer terceiros vinculados à CONTRATADA, que deverão ser formalmente orientados quanto às obrigações de sigilo e às consequências legais de seu descumprimento.

#### 5.2.3. Proibições e Responsabilidade.

É expressamente vedado à CONTRATADA:

- a) Copiar, armazenar, divulgar ou utilizar qualquer informação da CONTRATANTE para fins não relacionados à execução do contrato;
- b) Compartilhar dados da PREVCOM com terceiros sem prévia autorização formal da CONTRATANTE;
- c) Utilizar as informações obtidas para fins próprios, concorrenciais ou comerciais.

#### 5.2.4. Vigência do Compromisso de Sigilo.

A obrigação de confidencialidade permanecerá válida por 5 (cinco) anos após o encerramento do contrato, mesmo que este se dê por rescisão ou qualquer outra forma de extinção.

#### 5.2.5. Responsabilização e Sanções.

O descumprimento desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas em contrato e na legislação vigente, inclusive com possibilidade de responsabilização civil, administrativa e criminal, além da reparação integral de eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

### 5.3. Atualização Tecnológica e Integração com o Ambiente da CONTRATANTE

#### 5.3.1. Atualização Tecnológica Contínua.

A CONTRATADA deverá assegurar que a solução ofertada se mantenha atualizada ao longo da vigência contratual, incorporando melhorias técnicas, evoluções de mercado, correções de

segurança e novas funcionalidades, sem custo adicional para a CONTRATANTE. Essa atualização deverá respeitar critérios de compatibilidade, estabilidade e continuidade operacional.

#### 5.3.2. Acompanhamento de Inovações e Padrões.

A CONTRATADA deverá acompanhar as tendências tecnológicas do setor, garantindo aderência a padrões amplamente reconhecidos, como boas práticas da ISO/IEC, ITIL, NIST, OWASP, entre outros, sempre que aplicável.

#### 5.3.3. Integração com Sistemas Existentes e Futuramente Adotados.

A solução deverá permitir integração com sistemas e plataformas já existentes no ambiente da CONTRATANTE, como SIEM, antivírus, firewall, EDR, sistemas de gestão (ERP, ITSM), entre outros, por meio de APIs, conectores nativos ou protocolos abertos (ex: syslog, SNMP, REST, JSON, etc.).

Sempre que houver adoção de novas ferramentas ou substituição de componentes pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá garantir compatibilidade e integração funcional, sem restrições técnicas ou comerciais, desde que os novos sistemas adotem padrões amplamente aceitos.

## 6. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) E INDICADORES DE DESEMPENHO.

A prestação dos serviços deverá obedecer a um Acordo de Nível de Serviço (SLA – *Service Level Agreement*), com metas objetivas que assegurem a qualidade, a disponibilidade, a continuidade e a efetividade dos serviços prestados. A mensuração será baseada em indicadores técnicos previamente definidos e monitorados continuamente, com base em registros extraídos dos sistemas de ITSM e do portal de indicadores.

### 6.1. Requisitos Gerais

A CONTRATADA deverá operar os serviços contratados de forma ininterrupta, em regime 24x7x365, incluindo feriados nacionais. A mensuração dos níveis de serviço será realizada mensalmente, e os resultados deverão ser apresentados em relatório técnico completo, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, contemplando os indicadores abaixo:

### 6.2. Indicadores de SLA e Penalidades

Os indicadores mínimos obrigatórios, com respectivas metas e penalidades por descumprimento, são os seguintes:

#### 6.2.1. MTTD – Tempo Médio de Detecção

Tempo médio entre a ocorrência do evento e sua detecção/classificação.

Meta:  $\leq 1$  hora para eventos críticos.

Penalidade: 2% do valor mensal do serviço por hora adicional acima do limite.

#### 6.2.2. MTTR – Tempo Médio de Resposta

Tempo médio entre a detecção do incidente e o início efetivo da resposta técnica.

Meta:  $\leq 4$  horas para eventos críticos.

Penalidade: 2% do valor mensal do serviço por hora adicional acima do limite.

#### 6.2.3. Disponibilidade do Portal e do Sistema ITSM

Tempo de disponibilidade sem interrupções técnicas que comprometam o acesso ao sistema ou à visualização dos indicadores.

Meta:  $\geq 99,9\%$  no mês.

Penalidade: 5% do valor mensal do serviço por hora de indisponibilidade.

#### 6.2.4. Entrega de Relatórios Mensais

Entrega de relatório técnico mensal contendo todos os KPIs obrigatórios, evidências de conformidade, indicadores de SLA e plano de ação, quando aplicável.

Meta: Até o 5º dia útil de cada mês.

Penalidade: R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia útil de atraso na entrega.

#### 6.2.5. Disponibilidade da Equipe Técnica (CSOC)

Disponibilidade de equipe técnica certificada em regime de plantão para atendimento a eventos críticos, 24x7.

Meta: 100% de cobertura.

Penalidade: 5% do valor mensal do serviço por cada ocorrência de indisponibilidade ou ausência de resposta no regime de plantão.

#### 6.2.6. Índice de Satisfação do Usuário (NPS)

Apurado por meio de pesquisa automática ao final de cada atendimento.

Meta:  $NPS \geq 70\%$ .

Ação Obrigatória: Caso a meta não seja atingida, a CONTRATADA deverá apresentar plano de ação corretiva no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contendo análise de causa, medidas mitigatórias e cronograma de melhoria.

### 6.3. Disposições Complementares

A reincidência no descumprimento de indicadores ou a sistematicidade das falhas poderá ser caracterizada como infração contratual relevante, sujeita a penalidades administrativas, rescisão contratual ou outras medidas previstas na legislação aplicável. Todos os indicadores deverão ser acompanhados por evidências técnicas rastreáveis, com base em dados extraídos automaticamente da solução ITSM, sem manipulação manual. A CONTRATANTE reserva-se o direito de auditar, a qualquer momento, os indicadores, evidências e processos relacionados ao SLA, bem como solicitar reuniões técnicas extraordinárias em caso de não conformidades ou eventos críticos de segurança.

#### 6.4. Indicadores Técnicos de Qualidade (KPIs)

6.5. Além dos indicadores de SLA, a CONTRATADA deverá monitorar e reportar mensalmente e trimestralmente os Indicadores Técnicos de Qualidade (KPIs) da operação, conforme os critérios abaixo. Estes indicadores visam avaliar a eficiência, a efetividade e a melhoria contínua dos serviços prestados. A aferição dos KPIs deverá estar obrigatoriamente incluída no Relatório Técnico Mensal (ou trimestral, conforme aplicável), acompanhado das respectivas evidências operacionais, gráficos comparativos e análise de tendências.

KPIs Obrigatórios:

##### 6.4.1. % de Vulnerabilidades Corrigidas no Prazo

Percentual de vulnerabilidades identificadas e corrigidas em até 30 dias.

Meta:  $\geq 90\%$

Periodicidade: Trimestral

##### 6.4.2. % de Requisições Tratadas Dentro do SLA

Percentual de requisições finalizadas dentro dos prazos estabelecidos no SLA.

Meta:  $\geq 95\%$

Periodicidade: Mensal

##### 6.4.3. % de Incidentes Reabertos

Percentual de incidentes reabertos após encerramento, por falha ou correção inadequada.

Meta:  $\leq 3\%$

Periodicidade: Mensal

#### 6.4.4. Tempo de Restabelecimento Após Evento de Segurança

Tempo médio entre o início do evento e o pleno restabelecimento do ambiente afetado.

Meta:  $\leq 8$  horas

Periodicidade: Por evento

#### 6.4.5. Disponibilidade do Canal de Comunicação com o CSOC

Disponibilidade contínua dos canais de comunicação da CONTRATANTE com o CSOC da CONTRATADA (telefone, e-mail, portal, chat ou outro meio definido).

Meta: 100%

Periodicidade: Contínua (com verificação mensal)

### 6.5. Níveis de Gravidade e Prazos de Resposta a Incidentes

A CONTRATADA deverá classificar e tratar os incidentes de segurança da informação com base em critérios objetivos de gravidade, a fim de garantir a resposta proporcional ao impacto potencial ou real do evento. Os prazos máximos de resposta deverão ser rigorosamente observados, a partir da detecção/classificação do incidente, conforme a gravidade definida abaixo:

Nível de Gravidade	Descrição	Tempo Máximo de Resposta
Crítico	Comprometimento direto de dados sensíveis, indisponibilidade de sistemas essenciais, ou ataque em andamento com impacto severo.	$\leq 30$ minutos
Alto	Tentativas de intrusão identificadas, falhas críticas com potencial de exploração, anomalias com impacto operacional relevante.	$\leq 2$ horas
Médio	Alertas com baixo impacto imediato, eventos suspeitos ou riscos potenciais que requerem análise adicional.	$\leq 12$ horas
Baixo	Solicitações informacionais, falsos positivos ou eventos claramente benignos.	$\leq 24$ horas

6.6. O tempo de resposta é definido como o intervalo entre a detecção/classificação do incidente e o início efetivo das ações de resposta técnica pela equipe do CSOC. A CONTRATADA deverá manter processos e ferramentas automatizadas para garantir a triagem adequada e tempestiva dos incidentes, bem como gerar registros e evidências auditáveis das ações adotadas em conformidade com os prazos definidos.

#### 6.7. Penalidades Cumulativas

6.8. Em caso de reincidência ou descumprimento simultâneo de dois ou mais indicadores de desempenho (SLA ou KPI) no mesmo período de apuração, a CONTRATANTE poderá aplicar penalidades de forma cumulativa, observando as disposições legais e contratuais vigentes. As medidas incluem, mas não se limitam a:

6.8.1. Aplicação de penalidade pecuniária de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do

contrato, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

6.8.2. Emissão de notificação formal, com exigência de apresentação de plano de ação corretivo e cronograma de execução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

68.3. Rescisão contratual por descumprimento grave ou reiterado das obrigações assumidas, conforme cláusulas específicas do instrumento contratual e nos termos da legislação aplicável

## **7. REVERSIBILIDADE DO SERVIÇO**

Ao término do contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá garantir a completa transferência de conhecimento, documentação técnica, configurações, dados e registros operacionais relacionados aos serviços prestados, de forma estruturada e organizada, assegurando a continuidade da operação pela CONTRATANTE ou por nova empresa contratada. Essa transição deverá ocorrer sem ônus adicional e dentro de um período de até 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação formal do encerramento contratual.

### **7.1. Substituição Modular de Componentes**

A solução ofertada deverá ser composta por módulos ou componentes interoperáveis, que permitam sua substituição gradual, independente e sem impacto na operação dos demais serviços, em caso de evolução tecnológica, mudança estratégica ou eventual substituição por soluções equivalentes. A CONTRATADA deverá garantir a entregabilidade e compatibilidade técnica para eventuais transições parciais de módulos durante a vigência contratual.

## **8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A aceitação dos serviços prestados pela CONTRATADA se dará com base nos seguintes critérios:

8.1. Cumprimento integral dos requisitos técnicos, de segurança, de governança e de desempenho definidos neste Termo de Referência;

8.2. Entrega pontual dos relatórios técnicos mensais, contendo os indicadores exigidos (SLAs, KPIs e análises de conformidade);

8.3. Ausência de incidentes de descumprimento de SLA sem justificativa aceita formalmente pela CONTRATANTE;

8.4. Validação satisfatória das entregas de implantação e início da operação, incluindo testes de conectividade, integração com ativos, dashboards e fluxo de tratamento de incidentes;

8.5. Avaliação positiva do desempenho do serviço por meio de pesquisa de satisfação (NPS), quando aplicável;

8.6. Apresentação de plano de ação corretivo em caso de não conformidade, no prazo e formato exigidos;

8.7. Evidência de que todos os ativos definidos no escopo estão sendo monitorados de forma contínua e eficaz.

## **9. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal.

## **10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas



consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante do CONTRATADO para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a celebração da contratação, o CONTRATANTE poderá convocar o representante do CONTRATADO para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do CONTRATADO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo gestor do contrato e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), nos termos dos artigos 106 a 110 do RGC.

#### Preposto

10.7. O CONTRATADO designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.8. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do CONTRATADO, hipótese em que o CONTRATADO designará outro para o exercício da atividade.

#### Gestor do Contrato

10.8 O gestor do contrato é o responsável pelo acompanhamento da execução contratual sob o enfoque administrativo, competindo-lhe coordenar a atuação dos fiscais e conduzir as atividades de natureza burocrática da gestão do contrato, incluindo controle de prazos referentes ao contrato, verificação documental, tramitação de ajustes contratuais, registros nos sistemas oficiais e adoção das providências necessárias para assegurar a regularidade da execução.

10.9 Compete ao gestor do contrato:

- a) acompanhar a execução do contrato em todas as suas fases, com o apoio dos fiscais designados;
- b) coordenar a fiscalização, estabelecendo rotinas de monitoramento, comunicação e integração entre os agentes envolvidos;
- c) controlar os prazos e obrigações administrativas do contrato, tais como vigência, garantias, reajustes, prorrogações, encerramento e cronograma de pagamentos;
- d) verificar a conformidade das notas fiscais apresentadas e da documentação exigida para o pagamento, incluindo folha de pagamento, certidões fiscais e trabalhistas, regularidade junto ao CADIN ESTADUAL, ao FGTS e demais obrigações legais;
- e) averiguar, nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela contratada, mediante conferência da folha de pagamento e dos recolhimentos de encargos legais;
- f) manter organizados e arquivados, na Plataforma SEI, todos os documentos relacionados à execução contratual, conforme critérios de transparência, rastreabilidade e gestão documental da SP-PREVCOM;

- g) analisar solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro, alterações contratuais, reajustes e prorrogações apresentadas pela contratada;
- h) iniciar e conduzir os procedimentos administrativos relacionados a aditivos, revisões contratuais, pagamentos, suspensões e encerramento do contrato;
- i) suspender, de forma justificada, a entrega de bens ou a prestação de serviços, sempre que houver risco à regularidade da execução contratual;
- j) assegurar a inserção e a atualização do contrato e de suas alterações nos sistemas oficiais de transparência e gestão contratual, tais como o PNCP, o Sistema AUDESP/TCE e o sítio eletrônico da SP-PREVCOM;
- k) assegurar a publicidade e a transparência dos atos praticados no âmbito da execução contratual, em conformidade com os princípios da administração pública;
- l) emitir o ateste definitivo da execução contratual, nos termos do artigo 112 do RGC, após a verificação das condições técnicas e documentais exigidas para o pagamento;
- m) elaborar o relatório final da execução do contrato, consolidando as informações prestadas pelos fiscais e os registros constantes do processo administrativo; e
- n) adotar as providências necessárias para a instauração de processo administrativo de responsabilização da contratada, quando constatada infração contratual ou descumprimento das obrigações assumidas.

10.10 As atribuições acima previstas deverão ser exercidas com base nos princípios da legalidade, eficiência, controle, razoabilidade, economicidade e gestão de riscos.

10.11 É dever do gestor atuar com diligência, zelo e observância aos princípios da administração pública, adotando todas as medidas necessárias para o cumprimento adequado e eficiente das obrigações contratuais.

10.12 O gestor poderá ser responsabilizado administrativa, civil e penalmente por omissão injustificada, negligência ou descumprimento dos deveres estabelecidos neste Regulamento e demais normas aplicáveis.

#### Fiscal(is)

10.13 O fiscal do contrato é o agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual sob o enfoque técnico e operacional, competindo-lhe verificar a conformidade dos bens ou serviços com as especificações contratuais, realizar medições, registrar ocorrências e subsidiar tecnicamente o gestor para a tomada de decisões e para a regularidade da execução.

10.14 Compete ao fiscal técnico do contrato:

- a) acompanhar a execução do objeto contratado, presencialmente ou por meio documental, verificando sua aderência às condições técnicas estabelecidas no contrato e nos eventuais aditivos;
- b) realizar medições de serviços e verificar a conformidade das entregas de bens com os quantitativos, prazos e padrões de qualidade definidos contratualmente;
- c) conferir e atestar planilhas, relatórios, faturas e demais documentos que comprovem a execução do objeto, incluindo o preenchimento do ateste provisório, conforme o artigo 112 do RGC;
- d) registrar, em relatório ou documento específico, todas as ocorrências técnicas relevantes, com sugestões de medidas corretivas, comunicando-as tempestivamente ao gestor;
- e) propor ao gestor, quando cabível, a suspensão da execução, a prorrogação de prazos, a aplicação de penalidades ou a necessidade de ajustes contratuais, com base na verificação técnica da execução;
- f) apoiar o gestor na elaboração do ateste definitivo e na avaliação do desempenho da

contratada, fornecendo os subsídios técnicos necessários;

g) zelar pelo cumprimento das normas técnicas, legais e contratuais, adotando medidas preventivas de controle da execução e assegurando a rastreabilidade dos atos de fiscalização;

h) O fiscal deverá atuar com diligência, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência e economicidade, respondendo administrativa, civil e penalmente pelo desempenho de suas funções.

10.15 É vedado ao fiscal negociar cláusulas contratuais ou valores diretamente com a contratada, salvo mediante ciência e autorização expressa do gestor do contrato, devidamente formalizadas por meio de aditivo contratual ou ato jurídico equivalente.

10.16 O fiscal deverá assegurar que o acompanhamento da execução seja preventivo, contínuo e sistemático, com documentação adequada e tempestiva das ações de fiscalização.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com fundamento no artigo 28, I, c/c artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c as disposições do RGC/SP-PREVCOM.

11.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

11.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicafe;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

11.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicafe, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

11.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:  
Habilitação jurídica

11.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.16. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

11.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

11.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.25. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

11.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.29. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

11.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

11.32. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### Forma de pagamento

11.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A. (ou boleto banc emitido pela contratada)

11.33.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

11.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.35. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou

que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

11.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

12.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

Exigências de habilitação

12.2. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

12.3. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea 'd' da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

12.6. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

12.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf,

ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

12.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação Prevcom.

### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 A proponente deverá indicar, em sua proposta, e-mail(s) oficial de comunicação, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pelo efetivo recebimento de todas as tratativas e demais documentos encaminhados para o endereço eletrônico indicado.

14.1.1. O recibo de confirmação de recebimento do e-mail enviado pela CONTRATANTE para o e-mail indicado pela interessada, por si só, basta para caracterizar a efetiva ciência e comunicação.

14.1.2. É dispensada, portanto, a assinatura da Ordem de Início (OI).

14.1.3. A CONTRATADA se obriga a atualizar o e-mail oficial de comunicação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, sendo consideradas válidas, e efetivamente entregues, todas as comunicações e documentos enviados para o correio eletrônico indicado.

14.1.4. As mesmas regras serão utilizadas para cartas e documentos físicos enviados ao endereço da sede indicado na proposta.

14.1.5. O colaborador que receber o e-mail indicado ou a correspondência física enviada, presume-se autorizado pela interessada, não podendo esta alegar ausência de alçada, por exemplo.

14.2. As LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo, a CONTRATANTE, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.3 As LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade de todas as informações e de todos os documentos apresentados.

14.4 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, revogar por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anular por ilegalidade, no todo ou em parte este processo, sem que tenham, os interessados, direito a qualquer indenização, conforme art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5 A contratação será formalizada mediante a emissão da Ordem de Fornecimentos assinada pelo Gestor da contratação.

14.6 Fica, desde logo, eleito o Foro Cível da Comarca da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

14.7 Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas unicamente pelo endereço eletrônico [comprasprevcom@sp.gov.br](mailto:comprasprevcom@sp.gov.br).

14.8 A apresentação de Proposta implica na aceitação tácita de todas as disposições contidas neste Edital e seus Anexos.



## **ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº 050/2025**

Processo SEI nº: 271.00000594/2025-43

A **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – PREVCOM**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.401.381/0001-98, com sede na Rua Líbero Badaró, 377, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP: 01009-906, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. **SYLVIO EUGENIO DE ARAUJO MEDEIROS**, no uso da competência conferida pelo artigo 45, incisos I, II e V, do Decreto Estadual nº 57.785, de 10.02.2012 e por sua Diretora de XXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por seus procuradores XXXXXXXXXXXXXXX conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no SEI Processo nº 271.00000594/2025-43 e em observância às normas previstas no Artigo 2º, X da Deliberação da Diretoria Executiva 01/2015 e inciso XIII do artigo 2º da Lei 14.653 de 2011, mediante as condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.O objeto do presente instrumento é a

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Segurança da Informação em modelo Security as a Service (SECaaS), operado por um Centro de Operações de Segurança (CSOC) em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), com o objetivo de garantir a proteção dos ativos tecnológicos da organização, bem como sua conformidade com legislações e normas vigentes.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, com início em XXXXXX e término em XXXXX.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de de 24 (vinte e quatro) meses contados do(a) ....., prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.2.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.2.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Regulamento de Contratações e Gestão de Bens e Serviços da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (RGC/PREVCOM).

2.2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.2.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.2.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 050/2025, anexo a este Contrato e no RGC/PREVCOM.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ XXXXXXXX, totalizando R\$ XXXXXXXX por ano e R\$ XXXXXXXXX para o período de 24 (vinte e quatro) meses.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº 050/2025, que constitui parte integrante deste Contrato

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XXXXXXXXXX

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1-São obrigações do Contratante:

8.1.1-Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2-Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3-Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4-Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5-Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

8.1.6- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8- A Contratante terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.1.10- Notificar o Contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11 - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante.

8.2 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3 - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

8.4 – Monitorar a disponibilidade do software objeto do presente contrato, conforme padrões e indicadores técnicos internacionalmente aceitos.

8.5 – No caso de comprovadamente se verificar indisponibilidade do sistema ora licenciado, nos termos da cláusula 9.7 do Contrato, efetuar os descontos na Nota Fiscal ou no instrumento equivalente conforme tabela prevista no item 9.7.2 da Cláusula Nona, caso já não tenha sido efetuado comprovadamente pela própria CONTRATADA.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Designar e manter preposto aceito pela Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados e que sejam estritamente necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, observado o disposto na cláusula 9.7, abaixo, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. A CONTRATADA se compromete a manter o Sistema em funcionamento durante 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) do período de horário comercial, isto é, de segunda à sexta-feira, das 09:00h às 18:00h, ressalvadas as seguintes hipóteses:

(a) interrupções necessárias para ajustes técnicos ou manutenção, que se realizarão, preferencialmente, em horários de baixa utilização do Sistema;

(b) interrupções emergenciais, extraordinárias e não recorrentes decorrentes de necessidades de preservar a segurança do Sistema e dos dados nele armazenados, destinadas a evitar e fazer cessar a atuação de "hackers" ou destinadas a implementar correções de segurança;

(c) ocorrência de casos fortuitos e força maior, ou por impedimento de acesso ao Sistema por problemas externos à CONTRATADA, por exemplo interrupção da comunicação via internet realizada por empresa terceira a este contrato; e

(d) suspensão do licenciamento objeto deste Contrato por determinação de autoridades

competentes ou por descumprimento de cláusulas do presente Contrato.

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), e, subsidiariamente, com o Código Civil, bem como por todo e qualquer dano que comprovada e exclusivamente vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações o contratado deverá atender à notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 05 ( cinco ) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/ Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato relativas a seus próprios empregados, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, nos prazos estabelecido no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal na prestação do serviço.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos que sejam estritamente necessários ao cumprimento do objeto do Contrato.

9.14. Manter, durante toda a vigência do Contrato, as funcionalidades especificadas no Termo de Referência.

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações da Contratante obtidas em decorrência do cumprimento do contrato que sejam indicadas como confidenciais ou que, por sua natureza, razoavelmente devam ser interpretadas como confidenciais;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação;

9.21. Disponibilizar as informações incluídas pela Contratante no Sistema no momento da descontinuidade do Contrato, devendo a Cláusula 5.8 do Termo de Referência ser interpretada desta forma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Contratante deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir do presente contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. Caso não haja a necessidade de compartilhamento de dados pessoais para o correto funcionamento do sistema objeto deste licenciamento, a Contratante se obriga a não incluir ou integrar ao sistema objeto desta contratação, durante a sua utilização, qualquer dado pessoal, conforme definido pela LGPD, que possa ser identificável ao titular e/ou diretamente identificar quaisquer de seus clientes, empregados, sócios e/ou usuários, ficando, nesses casos, inaplicáveis as demais cláusulas deste Contrato que tratam sobre tratamento e

compartilhamento de dados pessoais, obrigando-se, as Partes, entretanto a, durante todo o tempo da contratação, estarem em conformidade com os termos e disposições constantes na Lei Geral de Proteção de Dados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS DE CONDUTA**

11.1. As partes deverão observar todas as leis aplicáveis aos atos de improbidade e de combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.849/2013, as quais deverão ser amplamente divulgadas e conhecidas por todos os seus prepostos, representantes e colaboradores;

11.2. Quaisquer terceiros contratados pelo CONTRATADO, incluindo, mas sem se limitar a, fornecedores e prestadores de serviços, deverão ter conhecimento das sobreditas leis e comprometer-se com sua observância nas atividades desenvolvidas no âmbito deste contrato;

11.3. A CONTRATANTE não será responsável por ações ou danos decorrentes ou relacionados ao não cumprimento, pela CONTRATADA, das leis anticorrupção e da presente cláusula, podendo, neste caso, considerar rescindido o contrato, sem prejuízo da instauração de sindicância, nos termos previstos no Código de Ética e Conduta da SP PREVCOM e da aplicação de sanções penais e administrativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

12.1.1. BEM 1:....., de Valor:

12.1.2. BEM 2:....., de Valor:

12.1.3. ...

12.2. Valor total dos bens acima indicados:

12.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

12.4. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

12.4.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021. 11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.6. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;



12.7. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

12.8. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

12.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

12.9.1. Caso fortuito ou força maior;

12.9.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

12.9.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

12.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

12.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

12.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.13. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

12.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato. d11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

12.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

12.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O CONTRATADO reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3 A extinção do contrato administrativo poderá ocorrer ainda nos termos do artigo 105 do RGC/PREVCOM:

I - determinada por ato unilateral e escrito da PREVCOM, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão previstas na Conta Contábil XXXXXXXXXXXX.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a previsão Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, no RGC, e nos preceitos e os princípios de direito público.

15.1.1 Subsidiariamente, aplica-se a Lei nº 8.078, de 1990 – Código de defesa do Consumidor e os princípios e regras da teoria geral dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 combinado com os artigos 103 a 105 do RGC/PREVCOM.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – MATRIZ DE RISCO**

Considera-se, para todos os fins, que as condições estabelecidas no CONTRATO, na PROPOSTA, nos ANEXOS e no TERMO DE REFERÊNCIA constituem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do presente contrato. A alocação dos riscos decorrentes de eventos supervenientes à assinatura deste contrato seguirá o disposto nos itens 17.1 a 17.5 desta cláusula.

17.1. Compete à CONTRATADA arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, não darão ensejo a aditivos contratuais ou alegações de desequilíbrio econômico-financeiro, salvo em caso de eventos extraordinários de relevante repercussão econômica assim reconhecidos pela PREVCOM:

I – variação no valor dos insumos do serviço e/ou de peças ou componentes necessários à sua execução;

II – variação cambial;

III – erros na formulação da proposta;

IV – danos e/ou prejuízos causados a terceiros pela CONTRATADA e/ou seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela execução do objeto deste contrato;

V – adequação, atualização, manutenção e evolução da tecnologia empregada na prestação dos serviços;

VI – ocorrência de greves ou paralisações de empregados da CONTRATADA ou interrupção ou falha no fornecimento de materiais, softwares, licenças, infraestrutura ou serviços pelos seus contratados;

VII – falhas na operação, monitoramento, correlação de eventos, gestão de vulnerabilidades, geração de alertas ou resposta a incidentes decorrentes de deficiência técnica, operacional ou gerencial da CONTRATADA;

VIII – indisponibilidade, degradação de desempenho ou falhas dos sistemas, plataformas, softwares, portais, ferramentas SIEM, ITSM, dashboards ou demais recursos tecnológicos

disponibilizados pela CONTRATADA;

IX – falhas na integração entre as ferramentas da CONTRATADA e os ativos, sistemas, aplicações ou serviços monitorados da CONTRATANTE, quando decorrentes de ação ou omissão da CONTRATADA;

X – vazamento, perda, destruição, alteração indevida ou acesso não autorizado a dados, informações, registros, logs ou documentos tratados pela CONTRATADA ou por seus prepostos;

XI – descumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação, propriedade intelectual ou demais obrigações legais e regulatórias atribuíveis à CONTRATADA;

XII – falhas de dimensionamento da solução, da equipe técnica, da infraestrutura, das licenças, dos recursos computacionais ou dos mecanismos de armazenamento necessários à execução dos serviços;

XIII – custos decorrentes da necessidade de atualização, correção, substituição ou evolução tecnológica das ferramentas empregadas para a adequada execução do objeto contratual; e

XIV – multas, penalidades, indenizações ou sanções decorrentes de atos ou omissões da CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou terceiros por ela contratados.

17.2. Compete à CONTRATANTE arcar com os seguintes riscos, os quais, quando ocorrerem, deverão ser objeto de aditivos contratuais, devendo a CONTRATADA manter a regular prestação dos serviços:

I – modificação na execução dos serviços que impacte o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato em decorrência de alteração superveniente na legislação de natureza cogente ou de decisão judicial ou administrativa de observância obrigatória;

II – fatos do príncipe e/ou fatos da administração que impactem o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato;

III – alterações promovidas pela CONTRATANTE em sua infraestrutura tecnológica, arquitetura de sistemas, ambiente computacional ou políticas internas que gerem aumento relevante e comprovado do escopo inicialmente contratado;

IV – acréscimo ou redução de ativos monitorados em quantitativos superiores aos limites previstos no Termo de Referência;

V – indisponibilidade de sistemas, ativos, acessos, credenciais, informações ou ambientes cuja disponibilização seja de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE;

VI – atraso na disponibilização de informações, acessos, documentos ou aprovações necessárias à implantação ou execução dos serviços; e

VII – determinações institucionais da CONTRATANTE que impliquem alteração do escopo, dos níveis de serviço ou dos requisitos técnicos originalmente contratados.

17.3. A PREVCOM poderá rescindir o contrato por razões de interesse público caso reste demonstrado que a manutenção do contrato não é vantajosa ou possa causar prejuízos à PREVCOM, sendo cabível a devida indenização à CONTRATADA, desde que comprovada sua boa-fé e que não tenha contribuído para a ocorrência da situação que motivou a rescisão.

17.4. São considerados caso fortuito ou força maior os eventos assim definidos pela legislação aplicável. Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e os prazos do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento formal protocolado. Não serão consideradas alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e não aceitas pela fiscalização em momento oportuno. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução contratual.

17.5. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas consequências não sejam cobertas

por seguro, as PARTES acordarão sobre a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato para reparação dos danos diretos ou, alternativamente, sobre sua resolução. A resolução poderá ocorrer desde que a parte interessada comprove que: (i) adotou todas as medidas razoavelmente aplicáveis para mitigar os efeitos do evento; e (ii) a manutenção do contrato se tornou impossível, inviável nas condições existentes ou excessivamente onerosa em relação ao seu valor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

18.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado.

18.2. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas.

18.3. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Executivo, Seção Atos Normativos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

[ASSINANTES]

#### **ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Arquivo “PREVCOM Estudo Técnico Preliminar (0073213044)” do processo administrativo SEI 271.00000594/2025-43

## ANEXO IV – ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS SERVIÇO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Arquivo “PREVCOM Análise e Gerenciamento de Riscos Serviço de segurança da informação (0088271987)” do processo administrativo SEI 271.00000594/2025-43

## ANEXO V – MODELOS(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SOC - Security Operations Center	mês	24		
2	Sistema de Gestão de Vulnerabilidades	mês	24		
3	Portal de Indicadores de Segurança	mês	24		
4	Solução de ITSM (Gestão de Requisições de Serviços de TI)	mês	24		
5	Processo de Implantação do Serviço (SOC)	un.	1		
6	Monitoramento de Ativos	mês	24		
VALOR TOTAL (R\$)					

## ANEXO VI – MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de

origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**OU**

**[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]**

a) *cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e*

b) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.*

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E  
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na  
condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou



denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Sant'Anna Carvalho, Gerente**, em 04/06/2026, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sylvio Eugenio De Araujo Medeiros, Diretor Presidente**, em 04/06/2026, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0110032779** e o código CRC **466C8EB9**.



Governo do Estado de São Paulo  
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo  
Diretor de Tecnologia da Informação

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Processo Administrativo SEI nº 271.00000594/2025-43**

**Contratação nº:** 2025-SP Prevcom

**Área solicitante:** Diretoria de Tecnologia da Informação

**Objeto:** o presente Estudo Técnico tratará da Contratação de Serviço Especializados de Segurança da Informação em Moledo SECaaS (Security as a Service) com Operação SOC

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A SP-PREVCOM enfrenta riscos crescentes decorrentes da dependência de sistemas terceirizados hospedados em nuvem, do uso intensivo de rede interna e do armazenamento de dados pessoais sensíveis. A ausência de mecanismos automatizados de detecção e resposta a incidentes compromete a segurança e a conformidade com normas legais como a LGPD e o Decreto Estadual nº 66.964/2022.

Dessa forma, identifica-se a necessidade de contratar solução de serviços especializados de segurança da informação, integrados em modelo Security as a Service (SECaaS), operado por Centro de Operações de Segurança (CSOC) 24x7.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução deverá contemplar, minimamente:

- Monitoramento 24x7 de ativos internos e sistemas terceirizados (logs, eventos, anomalias);
- Gestão de vulnerabilidades com varreduras mensais e revalidação trimestral;
- Sistema de ITSM para registro, triagem e auditoria de requisições;
- Portal de indicadores com dashboards personalizáveis;
- Treinamentos e simulações de conscientização em segurança;
- Ponto focal e equipe técnica certificada (ex: CISSP, CISM);
- Infraestrutura localizada integralmente em território nacional;
- Conformidade com LGPD, ISO/IEC 27001 e 20000.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os custos estimados, com base em benchmarking público, são:

Serviço	Faixa de Valor Anual
CSOC 24x7 com SIEM e SOAR	R\$ 500.000 a R\$ 3.000.000
Gestão de Vulnerabilidades	R\$ 400.000 a R\$ 600.000
Conscientização e ITSM	R\$ 100.000 a R\$ 150.000
<b>Total Estimado</b>	<b>R\$ 1.000.000 a R\$ 3.750.000</b>

Não há inclusão de hardware, uma vez que a infraestrutura atual será mantida.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme descrito no Anexo I (Escopo Detalhado dos Serviços), a solução contratada contemplará:

- Monitoramento 24x7 via CSOC com SIEM e SOAR;
- Portal web seguro com indicadores de segurança;
- ITSM para gestão de requisições e incidentes;
- Varredura e gestão de vulnerabilidades;
- Relatórios mensais e revalidações trimestrais;
- Equipe certificada, infraestrutura no Brasil e relatórios auditáveis

##### 5.1 Avaliação das Alternativas

Alternativas consideradas:

- **Equipe própria interna:** inviável pela falta de escala, alto custo e limitação técnica.
- **Contratação isolada de serviços:** reduz integração entre operação, resposta e indicadores.
- **Modelo SECaaS integrado:** maximiza a eficácia operacional, permite auditoria plena e atende à LGPD e à Lei 14.133.

##### 5.2 Justificativa da Escolha da Solução

O modelo SECaaS com CSOC 24x7 é a alternativa mais eficaz para garantir proteção, resposta a incidentes e conformidade normativa. Trata-se de solução madura, com operação baseada em serviço (sem aquisição de infraestrutura), o que permite previsibilidade orçamentária e escalabilidade.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A contratação prevê 1 (um) pacote integrado de serviços, com cobertura contínua (24x7), sem aquisição de hardware. A estimativa de valor foi apurada com base em:

- Benchmarking de contratações similares em órgãos públicos (Anexo V);
- Séries históricas de incidentes e requisições tratadas pela DTI nos últimos 24 meses;
- Projeção de crescimento de ativos monitorados e aumento da exposição a riscos cibernéticos.

Faixa estimada anual:

- CSOC 24x7 com SIEM/SOAR: R\$ 500.000 a R\$ 3.000.000
- Gestão de vulnerabilidades: R\$ 400.000 a R\$ 600.000
- ITSM e conscientização: R\$ 100.000 a R\$ 150.000
- Total estimado: R\$ 1.000.000 a R\$ 3.750.000

## **7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A contratação será realizada de forma integrada, por fornecedor único, considerando:

- A interdependência técnica entre os componentes (CSOC, ITSM, gestão de vulnerabilidades e portal);
- A necessidade de sinergia operacional e rastreabilidade unificada;
- A prática consolidada no mercado de fornecimento em modelo único (SECaaS);
- A mitigação de riscos de falhas de cobertura e sobreposição contratual.

O parcelamento comprometeria a eficácia da solução e a governança da segurança da informação.

## **8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES NÃO EXISTEM.**

Não existem contratações anteriores ou futuras que tenham relação direta com a presente contratação. A solução proposta é autônoma e complementar à infraestrutura já existente (firewall, antivírus, EDR).

## **9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A contratação está alinhada com:

- O Plano Anual de Contratações (PAC) da Fundação;
- O Plano de Governança de TI;
- O Planejamento Estratégico Institucional, no eixo de segurança da informação e conformidade regulatória.

## **10. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- Aumento da capacidade de detecção e resposta a incidentes;

- Redução de riscos operacionais, jurídicos e reputacionais;
- Conformidade com a LGPD e normas ISO;
- Melhoria da governança de TI e da rastreabilidade;
- Economia de escala e previsibilidade orçamentária;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- Integração com os ativos da PREVCOM (VPN, logs, rede);
- Designação de ponto focal técnico e administrativo;
- Capacitação da equipe de TI para acompanhamento e fiscalização;
- Adoção do cronograma de implantação previsto no Anexo VI do ETP;
- Registro das ações no Mapa de Riscos (Anexo IV).

## **12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratação não apresenta impactos ambientais negativos. Pelo contrário, ao utilizar infraestrutura já existente e serviços em nuvem nacional, contribui para a redução do consumo de recursos físicos e energéticos.

## **13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos elementos técnicos, econômicos e legais apresentados no ETP e seus anexos, declara-se a contratação viável, razoável e estratégica para a Fundação PREVCOM.

## **14. ANÁLISE DE RISCOS**

Os principais riscos e mitigações encontram-se detalhados no Anexo IV (Mapa de Riscos). Entre os riscos relevantes:

- Falhas de integração: mitigadas por exigência de APIs abertas e testes técnicos.
- Incidentes não detectados: mitigados por SLAs de resposta e monitoramento 24x7.
- Dependência do fornecedor: mitigada por plano de transferência de conhecimento.

## **15. REFERÊNCIA AOS ANEXOS**

- **Anexo I** – Escopo Detalhado dos Serviços
- **Anexo II** – Requisitos Técnicos e de Conformidade
- **Anexo III** – Acordo de Nível de Serviço (SLA)
- **Anexo IV** – Mapa de Riscos
- **Anexo V** – Justificativa Técnica e Econômica
- **Anexo VI** – Cronograma de Implantação e Execução
- **Anexo VII** – Matriz de Responsabilidades

## 16. TABELA DE CONFORMIDADE LEGAL – ETP VS. LEI 14.133/2021

Item Legal (Lei 14.133/2021)	Descrição Legal	Onde está no ETP	Observações
<b>Art. 18, I</b>	Necessidade da contratação	Item 1 – Identificação da Necessidade	Evidenciado o problema com sistemas terceirizados e risco à segurança e conformidade legal.
<b>Art. 18, II</b>	Requisitos da contratação	Item 2 – Requisitos da Contratação	Listados todos os requisitos funcionais e técnicos esperados da solução.
<b>Art. 18, III</b>	Estimativas de custos	Item 4 – Estimativas de Custos	Valores estimados por benchmarking, com detalhamento no Anexo V.
<b>Art. 18, IV</b>	Avaliação das alternativas	Item 5 – Avaliação das Alternativas	Análise objetiva entre equipe própria, serviços isolados e SECaaS integrado.
<b>Art. 18, V</b>	Justificativa da escolha da solução	Item 6 – Justificativa da Escolha	Justificativa fundamentada técnica e economicamente.
<b>Art. 18, VI</b>	Descrição da solução escolhida	Item 7 – Descrição da Solução Escolhida	Conectado ao escopo do Anexo I.
<b>Art. 18, VII</b>	Adequação orçamentária	Item 8 – Declaração de Adequação Orçamentária	Confirmação da previsão orçamentária pela Diretoria de TI.
<b>Art. 18, VIII</b>	Análise dos riscos da contratação	Item 9 – Análise de Riscos	Detalhamento no ETP e aprofundado no Anexo IV.

<b>Art. 6º, inciso XXIII</b>	Definição de Solução de Tecnologia da Informação (sustentação tecnológica)	Item 2 e Anexo II	Aderente às normas técnicas exigidas para solução de TI.
<b>Art. 20 e Art. 22, §2º</b>	Justificativa técnica e econômica como requisito para contratação direta (se aplicável)	Anexo V	Justificação técnica e benchmarking econômico fundamentam a vantagem da solução.
<b>Art. 11, §1º e §2º</b>	Observância dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e vantajosidade	Itens 6, 8 e 10	Enfatizados como critério para escolha da solução e modelo SECaaS.
<b>IN SEGES/ME nº 58/2020, Anexo I</b>	Estrutura mínima do ETP para contratações públicas	Todos os itens 1 a 12	Todos os tópicos obrigatórios da IN foram atendidos ou referenciados por anexo.

## ANEXO I – ESCOPO DETALHADO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

### Contratação de Serviços de Monitoramento Contínuo de Segurança da Informação (SECaaS)

#### 1. Objeto

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços especializados de **monitoramento, detecção e resposta a incidentes de segurança da informação**, por meio de solução integrada tipo **SECaaS (Security as a Service)**, com atuação 24x7 por **Centro de Operações de Segurança (CSOC)**, incluindo:

- Monitoramento contínuo da rede, ativos internos e logs de sistemas terceirizados;
- Gestão de vulnerabilidades;
- Portal de indicadores de segurança;
- Sistema de ITSM para registro e controle de requisições.

**Obs.:** Estão excluídos do escopo os serviços de fornecimento, instalação ou manutenção de soluções de Antivírus, Firewall ou EDR, que já são operados pela CONTRATANTE.



## 2. Serviços a Serem Prestados

### 2.1. Serviço: CSOC 24x7 (Centro de Operações de Segurança da Informação)

Item	Atividade
1	Monitoramento contínuo (24x7) de ativos internos e logs de sistemas em nuvem
2	Correlacionamento de eventos com uso de SIEM e SOAR
3	Resposta a incidentes com base em playbooks pré-aprovados
4	Isolamento lógico e alerta para acessos anômalos (via integração com EDR/FW existentes)
5	Emissão de alertas automáticos e notificação à equipe de TI da CONTRATANTE
6	Reuniões mensais com entrega de relatório técnico por profissional certificado (ex: CISSP, CISM)

### 2.2. Serviço: Gestão de Vulnerabilidades

Item	Atividade
1	Varreduras mensais em ativos internos e APIs de sistemas terceirizados
2	Análise e classificação de vulnerabilidades com base em CVSSv3
3	Elaboração de relatórios com recomendações de correção
4	Revalidação trimestral das vulnerabilidades críticas
5	Apoio técnico à equipe da CONTRATANTE para interpretação dos relatórios

### 2.3. Serviço: Portal de Indicadores de Segurança

Item	Atividade
1	Disponibilização de portal web seguro (SSL) com acesso 24x7

2	Dashboards personalizáveis com indicadores como: requisições abertas, incidentes tratados, vulnerabilidades abertas e corrigidas
3	Criação de usuários ilimitados e perfis de visualização distintos
4	Exportação de relatórios em formatos abertos (CSV, PDF)
5	Visualização em tempo real da situação da segurança da informação

#### 2.4. Serviço: Sistema de ITSM (Gestão de Requisições)

Item	Atividade
1	Sistema acessível via internet, com autenticação segura e certificado digital
2	Registro, triagem, categorização e acompanhamento de requisições técnicas
3	Integração com CSOC para abertura automática de incidentes a partir de eventos monitorados
4	Pesquisa de satisfação baseada em NPS ao final de cada atendimento
5	Controle de usuários autorizados a abrir chamados (gestão via portal)

### 3. Certificações e Boas Práticas Requeridas da CONTRATADA

- Certificações obrigatórias:
  - **ABNT NBR ISO/IEC 27001** (Segurança da Informação)
  - **ABNT NBR ISO/IEC 20000** (Gestão de Serviços de TI)
- Desejável:
  - **ABNT NBR ISO/IEC 27701** (Privacidade e Proteção de Dados)
- Plataforma de ITSM e CSOC instalados **exclusivamente em território nacional**
- Equipe técnica com profissionais certificados (ex: CISSP, CISM, GCIH)

### 4. Entregas Mensais

A contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil de cada mês, os seguintes relatórios:

- Quantitativo de incidentes detectados e tratados;
- Métricas de SLA: tempo médio de detecção (MTTD) e tempo médio de resposta (MTTR);
- Principais vulnerabilidades encontradas e status de correção;
- Indicadores do portal com análise técnica;
- Ocorrências críticas (ex: tentativas de ataque, phishing, acesso não autorizado).

## □ ANEXO II – REQUISITOS TÉCNICOS E DE CONFORMIDADE

Este anexo apresenta os **requisitos mínimos obrigatórios** que devem ser atendidos pela solução e pela CONTRATADA, para garantir a eficácia, a segurança jurídica e a aderência normativa da prestação dos serviços de monitoramento contínuo da segurança da informação (SECaaS), conforme descrito no Anexo I.

### 1. Requisitos Técnicos Gerais

Item	Requisito
1.1	Todos os serviços devem operar em regime <b>24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana)</b> .
1.2	O <b>Centro de Operações de Segurança (CSOC)</b> da CONTRATADA deve estar <b>instalado em território brasileiro</b> .
1.3	O CSOC deve ser de <b>propriedade da CONTRATADA</b> . Não será permitida <b>subcontratação integral</b> do serviço.
1.4	A infraestrutura utilizada (datacenter, servidores, storage, rede, sistemas) deve estar hospedada em ambiente com <b>certificações de segurança e continuidade</b> .
1.5	O gerenciamento de incidentes deve ser suportado por sistema de <b>ITSM</b> com acesso remoto seguro (SSL) e autenticação multifator.
1.6	O portal de indicadores e o ITSM devem permitir <b>usuários ilimitados</b> , com <b>níveis distintos de acesso</b> e controle de privilégios.

1.7	A comunicação com a CONTRATANTE deve ser feita por canais criptografados e auditáveis.
-----	--

## 2. Certificações Obrigatórias da CONTRATADA

Certificação	Finalidade
<b>ISO/IEC 27001</b>	Gestão de segurança da informação (obrigatória).
<b>ISO/IEC 20000-1</b>	Gestão de serviços de TI (obrigatória).
<b>ISO/IEC 27701</b>	Gestão da privacidade da informação (desejável).

A CONTRATADA deverá apresentar **cópias válidas dos certificados**, emitidos em seu nome, junto à proposta e durante a execução contratual.

## 3. Conformidade Legal

Norma	Requisito	Forma de Atendimento
<b>LGPD – Lei 13.709/2018</b>	Art. 46 – Medidas de segurança para dados pessoais	Implementação de controles técnicos e contratuais. Portal com criptografia SSL.
<b>Decreto Estadual SP nº 66.964/2022</b>	Política Estadual de Segurança da Informação e Cibernética	Implantação de CSOC, gestão de incidentes e auditoria técnica periódica.
<b>Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)</b>	Art. 6º, inciso XXIII – Sustentação tecnológica	Serviços devem atender às normas técnicas da administração pública.

## 4. Requisitos Específicos de Segurança

Item	Requisito
4.1	O sistema de ITSM deve manter <b>registro completo do ciclo de vida das requisições</b> .

4.2	O sistema deve aplicar <b>autenticação multifator (MFA)</b> para usuários administradores.
4.3	O sistema deve manter <b>auditoria completa</b> das ações realizadas.
4.4	Todos os acessos e alterações nos sistemas devem ser <b>registrados em logs</b> armazenados por no mínimo 12 meses.
4.5	A solução deve permitir <b>integração com o antivírus, firewall e EDR</b> existentes da CONTRATANTE por meio de <b>API ou syslog</b> .
4.6	A CONTRATADA deverá realizar <b>reuniões mensais com entrega de relatório técnico</b> , contendo evidências de conformidade, indicadores de SLA e plano de ação corretiva, se aplicável.

## 5. Requisitos de Governança e Responsabilidade

Item	Requisito
5.1	A CONTRATADA deverá manter <b>plano de continuidade de negócios (BCP/DRP)</b> aplicável ao serviço.
5.2	Em caso de incidentes críticos, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE em até <b>30 minutos</b> .
5.3	A CONTRATADA deverá designar <b>ponto focal técnico</b> com domínio sobre as tecnologias empregadas e responsável por interações com a área de TI da CONTRATANTE.
5.4	A CONTRATADA deverá submeter <b>todos os documentos operacionais (playbooks, relatórios, alertas, indicadores)</b> via portal centralizado.

## 6. Compatibilidade com Ambiente da CONTRATANTE

Item	Exigência
6.1	A solução deve integrar-se aos sistemas da CONTRATANTE por meio de <b>protocolos abertos e padrões (ex: syslog, SNMP, REST API)</b> .
6.2	A solução deve ser <b>agnóstica à infraestrutura da CONTRATANTE</b> , operando sobre diferentes sistemas operacionais e plataformas de nuvem.

6.3	Não será aceita solução que <b>exija substituição do antivírus, firewall ou EDR existentes</b> .
-----	--

---

## 7. Penalidades por Inadimplemento Técnico

- A indisponibilidade superior a 1 hora do portal, sistema de ITSM ou canais de atendimento será penalizada conforme previsto no SLA (Anexo III).
- O não cumprimento de prazos críticos (ex: resposta a incidentes) poderá ensejar abertura de **processo de não conformidade**, com **plano de ação obrigatório** e possibilidade de aplicação de sanções administrativas, conforme a Lei 14.133/2021.

---

## □ ANEXO III – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) E INDICADORES DE DESEMPENHO

Este Anexo estabelece os **indicadores-chave de desempenho (KPIs)** e os **níveis mínimos de serviço (SLAs)** exigidos para a execução dos serviços contratados de monitoramento da segurança da informação (SECaaS), conforme escopo definido no Anexo I.

O objetivo é garantir **qualidade, rastreabilidade, disponibilidade e eficácia operacional**, com critérios mensuráveis e penalidades aplicáveis em caso de descumprimento.

---

### 1. Requisitos Gerais

Item	Parâmetro
1.1	A CONTRATADA deverá operar os serviços contratados de forma <b>ininterrupta (24x7x365)</b> .
1.2	A <b>mensuração dos SLAs</b> será mensal, com base nos relatórios e registros extraídos do sistema de ITSM e portal de indicadores.
1.3	Todos os indicadores abaixo devem estar disponíveis no <b>relatório mensal técnico</b> , a ser apresentado até o 5º dia útil de cada mês.

## 2. Indicadores de SLA (Serviços)

Indicador	Definição	Meta	Penalidade por Descumprimento
<b>MTTD – Tempo Médio de Detecção</b>	Tempo médio entre o evento e sua detecção/classificação	≤ 1 hora (eventos críticos)	2% do valor mensal do serviço por hora adicional
<b>MTTR – Tempo Médio de Resposta</b>	Tempo médio entre a detecção e o início da resposta ao incidente	≤ 4 horas (eventos críticos)	2% do valor mensal por hora adicional
<b>Disponibilidade do Portal e ITSM</b>	Tempo disponível sem interrupções técnicas (acesso ao sistema)	≥ 99,9% no mês	5% do valor mensal por hora de indisponibilidade
<b>Entrega de Relatórios Mensais</b>	Entrega de relatório técnico completo com KPIs e análise de conformidade	Até 5º dia útil	R\$ 1.000,00 por dia útil de atraso
<b>Disponibilidade da Equipe Técnica (CSOC)</b>	Equipe certificada disponível 24x7 para atendimento a requisições críticas	100%	5% do valor mensal por incidente sem resposta em regime de plantão
<b>Satisfação do Usuário (NPS)</b>	Avaliação de satisfação baseada em Net Promoter Score	≥ 70%	Plano de ação obrigatório em até 7 dias corridos

## 3. Indicadores Técnicos de Qualidade (KPIs)

Indicador	Meta	Frequência de Apuração
% de vulnerabilidades corrigidas no prazo	≥ 90% em até 30 dias	Trimestral
% de requisições tratadas dentro do SLA	≥ 95%	Mensal
% de incidentes reabertos	≤ 3%	Mensal

Tempo de restabelecimento após evento de segurança	≤ 8 horas	Por evento
Disponibilidade do canal de comunicação com CSOC	100%	Contínuo

#### 4. Níveis de Gravidade para Resposta a Incidentes

Nível	Descrição	Tempo Máximo de Resposta
<b>Crítico</b>	Comprometimento direto de dados sensíveis ou sistemas essenciais	≤ 30 minutos
<b>Alto</b>	Tentativas de intrusão, anomalias com impacto operacional relevante	≤ 2 horas
<b>Médio</b>	Alertas com baixo impacto imediato ou potenciais riscos	≤ 12 horas
<b>Baixo</b>	Solicitações informacionais, alertas benignos, falsos positivos	≤ 24 horas

#### 5. Reuniões de Acompanhamento

- A CONTRATADA deverá realizar **reunião mensal com a equipe da CONTRATANTE** para apresentação dos seguintes itens:
  - Relatório técnico mensal;
  - Indicadores de SLA e não conformidades;
  - Plano de ação para desvios;
  - Atualização de riscos emergentes.
- A apresentação deverá ser feita por profissional certificado (CISSP, CISM, GCIH, GMON, etc.).

#### 6. Penalidades Cumulativas

Em caso de reincidência ou descumprimento simultâneo de dois ou mais indicadores no mesmo período, a CONTRATANTE poderá:



- **Aplicar penalidade de até 10% sobre o valor mensal do contrato** , conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;
- **Emitir notificação formal** com exigência de plano de ação e cronograma corretivo;
- **Rescindir o contrato por descumprimento grave ou reiterado** , conforme cláusulas contratuais específicas.

## ANEXO IV – MAPA DE RISCOS E MITIGAÇÕES

Este anexo apresenta os principais **riscos associados à contratação e execução dos serviços de monitoramento contínuo da segurança da informação (SECaaS)**, bem como as **medidas de mitigação propostas**, alinhadas às boas práticas de gestão de riscos (ISO 27005, ISO 31000) e à Lei nº 14.133/2021.

### 1. Riscos Técnicos

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medida de Mitigação
Falta de detecção de incidentes em tempo hábil	Comprometimento de dados e sistemas críticos	Implantação de CSOC 24x7 com playbooks automatizados; exigência de MTTR ≤ 1h (vide SLA)
Falsos positivos recorrentes no monitoramento	Sobrecarga da equipe e perda de confiança na solução	Ajuste fino contínuo das regras de correlação no SIEM e revisão manual dos alertas críticos
Integração falha com sistemas da PREVCOM	Perda de visibilidade e falha de cobertura	Exigência de APIs compatíveis (REST, syslog), com testes prévios de conectividade
Vulnerabilidades não tratadas	Janela de exposição prolongada a ataques	Ciclo contínuo de varredura e revalidação trimestral com relatórios priorizados por CVSS
Indisponibilidade do portal ou do ITSM	Interrupção do controle e rastreabilidade	SLA ≥ 99,9% de disponibilidade, penalidade financeira por hora de indisponibilidade
Dependência excessiva do fornecedor	Risco operacional e de continuidade	Exigência de plano de transferência de conhecimento (KTA) e acesso documentado aos procedimentos

---

## 2. Riscos Jurídicos e Regulatórios

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medida de Mitigação
<b>Violação da LGPD por ação ou omissão do fornecedor</b>	Multas, danos reputacionais, responsabilidade solidária	Inclusão de cláusulas de conformidade com LGPD e exigência de ISO 27701 como diferencial
<b>Falta de clareza na responsabilidade por eventos de segurança</b>	Conflito contratual e perda de controle	Definição de matriz de responsabilidades no Termo de Referência e no contrato
<b>Armazenamento de dados fora do território nacional</b>	Descumprimento do Decreto Estadual nº 66.964/2022	Obrigatoriedade de que todos os dados sejam processados e armazenados em infraestrutura no Brasil
<b>Não atendimento às normas técnicas exigidas</b>	Inelegibilidade da proposta e nulidade contratual	Exigência de comprovação de certificações ISO (27001, 20000) durante a habilitação e execução contratual

---

## 3. Riscos Operacionais

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medida de Mitigação
<b>Baixo engajamento dos usuários nas notificações e pesquisas</b>	Redução da efetividade da resposta a incidentes	Conscientização da equipe interna, canal direto com ponto focal e pesquisas de NPS obrigatórias
<b>Atraso na entrega de relatórios mensais</b>	Dificuldade de fiscalização e auditoria	Penalidade por atraso (vide SLA), apresentação obrigatória por profissional certificado
<b>Equipe técnica do fornecedor sem domínio pleno dos processos</b>	Respostas imprecisas e erros operacionais	Exigência de equipe com certificações (CISSP, CISM, GCIH) e validação em reuniões mensais

<b>Requisições não tratadas ou encerradas indevidamente</b>	Perda de rastreabilidade e insatisfação da CONTRATANTE	ITSM com trilha de auditoria completa e SLA de reabertura de chamados
---	--	---

#### 4. Riscos Estratégicos

Risco Identificado	Impacto Potencial	Medida de Mitigação
<b>Fragmentação da solução entre múltiplos fornecedores</b>	Falta de sinergia e aumento de incidentes não cobertos	Contratação única e integrada do pacote SECaaS (CSOC, ITSM, gestão de vulnerabilidades, portal)
<b>Incompatibilidade com soluções de segurança já existentes</b>	Reprocessamento de contratos, necessidade de substituição	Proibição de substituição de antivírus/firewall da PREVCOM e exigência de integração por API
<b>Obsolescência técnica do serviço contratado</b>	Ineficiência na resposta a novas ameaças	Cláusula de atualização tecnológica e obrigatoriedade de integração contínua com Threat Intelligence

#### 5. Monitoramento dos Riscos

A execução contratual será acompanhada por:

- **Reuniões mensais de alinhamento técnico**, com apresentação de indicadores e plano de ação corretivo;
- **Designação de ponto focal da área de segurança da informação da CONTRATANTE**, com autoridade para avaliar a performance e comunicar desvios;
- **Auditorias técnicas periódicas**, com base nas normas ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 20000.

### **ANEXO V – JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO**

Este anexo apresenta a **fundamentação técnica e econômica** que justifica a contratação da

solução de **monitoramento contínuo da segurança da informação (SECaaS)**, conforme os requisitos funcionais, regulatórios e estratégicos identificados nos demais anexos deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

---

## 1. Justificativa Técnica

### 1.1. Necessidade de Monitoramento Contínuo

A PREVCOM opera com **ativos digitais estratégicos** — incluindo sistemas previdenciários, dados pessoais sensíveis e integrações com plataformas terceirizadas — que **exigem proteção contínua contra ameaças cibernéticas**, vazamentos, ataques de ransomware e acesso não autorizado.

Apesar de já possuir **firewall, VPN e EDR**, esses componentes **não garantem, isoladamente, a detecção de ameaças em tempo real, a resposta automatizada nem a conformidade regulatória contínua**.

### 1.2. Requisitos Normativos

A contratação atende diretamente a obrigações previstas nas seguintes normas e legislações:

- **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei 13.709/2018**, art. 46;
- **Decreto Estadual nº 66.964/2022**, que institui a Política de Segurança da Informação e Cibernética do Estado de São Paulo;
- **ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 20000**, exigidas como critérios técnicos mínimos.

### 1.3. Benefícios da Contratação Integrada

A contratação de um único fornecedor para os serviços de CSOC, gestão de vulnerabilidades, ITSM e portal de indicadores:

- **Garante sinergia operacional**, com integração entre detecção, resposta, notificação e rastreabilidade;
- **Evita falhas de cobertura e lacunas contratuais** entre diferentes prestadores;
- **Facilita o acompanhamento da execução** com relatórios centralizados e reuniões periódicas com ponto focal técnico certificado;
- **Reduz riscos de não conformidade** com os marcos legais e regulatórios.

---

## 2. Justificativa Econômica

### 2.1. Racionalidade de Custos

A contratação no modelo **SECaaS (Security as a Service)** com pagamento por assinatura ou uso, sem aquisição de infraestrutura ou hardware, representa:

- **Custo fixo previsível**, com escalabilidade conforme a evolução da demanda;

- **Redução de despesas operacionais** com equipe interna dedicada ou investimentos em datacenter;
- **Aproveitamento da infraestrutura já existente** (firewall, antivírus, EDR), evitando duplicidade de soluções.

2.2. *Benchmark de Mercado*

Com base em contratos similares vigentes na administração pública federal e estadual, observa-se que:

Serviço	Faixa de Mercado (Anual)
CSOC 24x7 (com SIEM e SOAR)	R\$ 500.000 a R\$ 3.000.000
Gestão de Vulnerabilidades (mensal + revalidação)	R\$ 400.000 a R\$ 600.000
Portal de Indicadores + ITSM	Incluso no pacote principal
<b>Custo Total Estimado (Anual)</b>	<b>R\$ 1.000.000 a R\$ 3.600.000</b>

Esses valores estão *em linha com a média de mercado*, e representam *uma solução robusta com equipe certificada, cobertura 24x7 e operação 100% em território nacional, conforme exigido.*

3. *Vantagens Estratégicas*

Aspecto	Benefício
<b>Conformidade legal e regulatória</b>	Atendimento integral à LGPD, ISO 27001 e política estadual de segurança da informação.
<b>Prevenção de perdas</b>	Deteção proativa de incidentes que evitam danos financeiros, reputacionais e jurídicos.
<b>Melhoria da governança de TI</b>	ITSM com trilha de auditoria, métricas de SLA e indicadores de desempenho.
<b>Economia de escala</b>	Contratação de pacote integrado com múltiplos serviços em um único contrato.
<b>Acompanhamento técnico qualificado</b>	Reuniões com profissionais certificados (CISSP, CISM, GCIH) e relatórios analíticos.

## 4. Conclusão

A contratação de uma **solução integrada de monitoramento da segurança da informação (SECaaS)** é **tecnicamente necessária, economicamente vantajosa e juridicamente fundamentada**, uma vez que:

- Supre lacunas críticas de visibilidade e resposta a incidentes;
- Atende exigências normativas específicas da PREVCOM e do Estado de São Paulo;
- Apresenta custo compatível com os valores de mercado e evita investimentos em infraestrutura.

**Recomenda-se, portanto, a contratação nos moldes propostos** , com base nos termos deste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos.

---

## ❑ ANEXO VI – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

Este anexo apresenta o cronograma físico e operacional para a **implantação, ativação e execução contínua dos serviços contratados de monitoramento da segurança da informação (SECaaS)**, conforme escopo descrito no Anexo I e requisitos técnicos do Anexo II.

O planejamento prevê prazos realistas para adequações técnicas, integrações com a infraestrutura da CONTRATANTE e início das operações plenas do CSOC 24x7.

---

### 1. Etapas e Prazos

Fase	Atividade	Responsável	Prazo Estimado
<b>Fase 1 – Pré-Contratual</b>	Publicação do edital e recebimento de propostas	Área de Compras	15 dias
	Julgamento e habilitação	Comissão de Licitação	30 dias
	Assinatura do contrato	CONTRATANTE + CONTRATADA	5 dias após homologação
<b>Fase 2 – Implantação Inicial</b>	Reunião de Kick-off e validação do plano de trabalho	CONTRATADA + TI	5 dias após assinatura

	Integração do CSOC aos ativos (logs, VPN, rede)	CONTRATADA	15 dias
	Configuração do ITSM e criação de acessos	CONTRATADA	10 dias
	Entrega do Portal de Indicadores e testes de disponibilidade	CONTRATADA	10 dias
	Validação técnica final da infraestrutura	CONTRATANTE + CONTRATADA	5 dias
<b>Fase 3 – Início da Operação Contínua</b>	Ativação do CSOC 24x7 (monitoramento e resposta)	CONTRATADA	Dia 31 após assinatura
	Primeira entrega de relatório técnico mensal	CONTRATADA	Até o 5º dia útil do mês seguinte
<b>Fase 4 – Operação Regular e Governança</b>	Reuniões mensais de acompanhamento	CONTRATADA + TI + Jurídico	Mensal
	Auditorias técnicas e verificação de conformidade	CONTRATANTE	Trimestral
	Revalidação de vulnerabilidades críticas	CONTRATADA	Trimestral
	Atualização de indicadores no portal	CONTRATADA	Contínuo

## 2. Marcos de Implantação

Marco	Descrição	Data Estimada
M1	Assinatura do contrato	D+0
M2	Reunião de abertura e plano de trabalho validado	D+5
M3	Integrações técnicas concluídas (SIEM + ITSM + Portal)	D+25

M4	Início oficial da operação do CSOC 24x7	D+30
M5	Primeira reunião de acompanhamento técnico	D+45
M6	Primeira auditoria de conformidade contratual	D+90

### 3. Considerações Operacionais

- **Todos os prazos aqui definidos consideram dias corridos**, exceto onde indicado (dias úteis);
- O prazo para início efetivo da operação não poderá ultrapassar **30 dias corridos a partir da assinatura do contrato**;
- Quaisquer atrasos injustificados por parte da CONTRATADA ensejarão **aplicação das penalidades previstas no SLA (Anexo III)**;
- O cronograma poderá ser ajustado em comum acordo, desde que formalizado e sem prejuízo ao objeto principal da contratação.

### 4. Responsabilidades das Partes

Atividade	Responsável
Fornecimento de acesso aos sistemas, VPN e logs	CONTRATANTE
Instalação e configuração dos sistemas da solução	CONTRATADA
Aprovação do plano de implantação	CONTRATANTE
Entregas técnicas e relatórios mensais	CONTRATADA
Fiscalização e acompanhamento da execução	CONTRATANTE (TI + Jurídico)

### 5. Encerramento e Avaliação Inicial

Ao final do primeiro trimestre de operação (90 dias após o go-live), a CONTRATADA deverá apresentar um **relatório consolidado de desempenho**, incluindo:

- Análise de cumprimento de SLA e indicadores;
- Avaliação de vulnerabilidades e incidentes tratados;



- Recomendações de ajustes nos fluxos operacionais;
- Plano de melhoria contínua.

Esse relatório será utilizado pela equipe da CONTRATANTE para **avaliar a maturidade do serviço**, com base na entrega de valor, aderência técnica e satisfação dos usuários.

## ❑ ANEXO VII – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Este anexo define, de forma clara e objetiva, a **distribuição de responsabilidades entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA** durante a implantação, operação e acompanhamento dos serviços de monitoramento contínuo da segurança da informação (SECaaS), conforme o escopo definido no Anexo I.

A matriz está organizada por função crítica, garantindo rastreabilidade e governança durante toda a vigência contratual.

### 1. Responsabilidades Técnicas e Operacionais

Atividade	CONTRATANTE	CONTRATADA
Disponibilizar acesso lógico à infraestrutura (VPN, firewall, EDR, sistemas de logs)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Validar plano de trabalho e cronograma de implantação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implantar e configurar o CSOC 24x7 (SIEM, SOAR, monitoramento)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integrar ativos internos e sistemas terceirizados ao SIEM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Coletar e correlacionar eventos de segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter CSOC 24x7 com equipe técnica certificada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitorar tentativas de intrusão, comportamentos anômalos e incidentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar resposta automatizada e notificação imediata à PREVCOM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Reunir evidências e elaborar relatórios forenses (quando aplicável)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acompanhar e validar relatórios técnicos mensais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participar de reuniões mensais de governança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Configurar e manter o sistema de ITSM (requisições, chamados, histórico)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operar e atualizar o portal de indicadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Designar ponto focal técnico para comunicação com o CSOC	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 2. Responsabilidades em Gestão de Vulnerabilidades

Atividade	CONTRATANTE	CONTRATADA
Autorizar varredura em ativos internos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar varreduras mensais em redes, notebooks e APIs	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gerar e entregar relatórios de vulnerabilidades priorizados por criticidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Corrigir vulnerabilidades indicadas nos ativos sob sua gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revalidar vulnerabilidades críticas trimestralmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 3. Responsabilidades em Conformidade Legal e Auditoria

Atividade	CONTRATANTE	CONTRATADA
Garantir conformidade com LGPD e normas estaduais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter certificações exigidas (ISO 27001, ISO 20000 etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Armazenar logs e dados exclusivamente em território nacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conduzir auditorias internas e externas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Submeter-se a auditorias e entregar evidências de conformidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### 4. Responsabilidades Administrativas e Contratuais

Atividade	CONTRATANTE	CONTRATADA
Elaborar o Termo de Referência e gerir o contrato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fiscalizar execução contratual com base nos SLAs	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilizar recursos e contatos autorizados para abertura de chamados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Garantir operação contínua dos serviços contratados (100% uptime conforme SLA)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Substituir pessoal em caso de descumprimento de exigências técnicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gerenciar prazos e plano de ação em caso de não conformidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### 5. Canal de Comunicação e Escalonamento

A CONTRATADA deverá manter **canal direto 24x7** com:

- E-mail técnico dedicado;
- Telefone de plantão;
- Painel web com histórico de incidentes e chamados (via ITSM).

A CONTRATANTE deverá designar:

- **1 (um) ponto focal técnico** para interface direta com o CSOC;
- **1 (um) representante administrativo**, com poderes para fiscalizar a execução contratual.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 11/08/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0073213044** e o código CRC **AB877DB2**.



Governo do Estado de São Paulo  
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo  
Diretor de Tecnologia da Informação

## ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**Processo Administrativo SEI nº** 271.00000594/2025-43

**Contratação nº:** 0[.] /202[.] -SP Prevcom

**Área solicitante:** Diretoria de Tecnologia da Informação/ Área de Tecnologia da Informação

**Objeto:** o presente Estudo Técnico tratará da contratação/aquisição de Serviços de Segurança da Informação

#### **Risco 1. Atrasos na implantação e integração dos serviços contratados**

**Fase:** execução do contrato

**Probabilidade:** média

**Impacto:** médio

**Danos:** Postergamento da entrada em operação do serviço de segurança; exposição temporária a vulnerabilidades; descumprimento de prazos contratuais.

**Ação Preventiva:** Postergamento da entrada em operação do serviço de segurança; exposição temporária a vulnerabilidades; descumprimento de prazos contratuais.

**Ação de Contingência:** Acionar equipe interna de segurança, replanejar entregas e comunicar Diretoria Executiva para mitigação de impactos.

#### **Risco 2. Falhas na continuidade dos serviços (indisponibilidade prolongada do monitoramento)**

**Fase:** execução do contrato

**Probabilidade:** baixa

**Impacto:** médio

**Danos:** Interrupção do monitoramento e perda de visibilidade sobre incidentes; comprometimento da resposta a ataques cibernéticos; risco de descumprimento de SLA

**Ação Preventiva:** Estabelecer SLA  $\geq 99,5\%$ , redundância de infraestrutura e testes de continuidade periódicos.

**Ação de Contingência:** Acionar suporte emergencial, utilizar ferramentas de contingência e registrar ocorrência para glosa contratual.

### **Risco 3. Vazamento ou acesso indevido a informações sensíveis**

**Fase:** execução do contrato

**Probabilidade:** média

**Impacto:** alto

**Danos:** Exposição de dados pessoais e corporativos, violação da LGPD e danos à imagem institucional.

**Ação Preventiva:** Exigir conformidade com ISO/IEC 27001 e 27018, relatórios de auditoria e cláusulas de confidencialidade.

**Ação de Contingência:** Acionar Plano de Resposta a Incidentes, comunicar ANPD e adotar medidas corretivas imediatas.

### **Risco 4. Rotatividade de pessoal técnico da contratada**

**Fase:** execução do contrato

**Probabilidade:** alta

**Impacto:** médio

**Danos:** Perda de conhecimento técnico, atrasos e retrabalhos nas atividades contratadas.

**Ação Preventiva:** Exigir plano de sucessão e matriz de responsabilidade (RACI), documentação técnica e comunicação prévia de substituições.

**Ação de Contingência:** Realizar reuniões de transição supervisionadas, reavaliar prazos e aplicar penalidades se necessário.

### **Risco 5 Descumprimento de requisitos contratuais e níveis de serviço (SLA)**

**Fase:** execução do contrato

**Probabilidade:** média

**Impacto:** médio

**Danos:** Redução da eficácia do monitoramento, prejuízo financeiro e comprometimento dos resultados esperados.

**Ação Preventiva:** Incluir indicadores de desempenho (SLA, MTTR, CSAT), relatórios mensais e plano de melhoria contínua.

**Ação de Contingência:** Aplicar glosas e penalidades, exigir plano corretivo (RCA/CAPA) e avaliar substituição do fornecedor.

**Diego Galdino dos Santos**  
ATPC III



Documento assinado eletronicamente por **Diego Galdino Dos Santos, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 05/11/2025, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **0088271987** e o código CRC **3F495403**.